

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**BRUNA PIVETTA SCHMOLLER**

**REFLEXÕES CONTEMPORÂNEAS ACERCA DO TRABALHO ESCRAVO NO  
BRASIL**

**2015**

BRUNA PIVETTA SCHMOLLER

**REFLEXÕES CONTEMPORÂNEAS ACERCA DO TRABALHO ESCRAVO NO  
BRASIL**

Monografia apresentada ao Curso de Direito,  
Setor de Ciências Jurídicas da Universidade  
Federal do Paraná, como requisito parcial à  
obtenção do grau de Bacharel em Direito.

Orientador: Prof.º **Sandro Lunard Nicoladeli**

CURITIBA  
2015

## AGRADECIMENTOS

À minha família, por seu amor gratuito e incondicional. Obrigada por me apoiarem e lutarem por todas as minhas ideias e sonhos, ainda que surreais, e talvez inalcançáveis. Sem vocês – Mãe (Aparecida), Tia Angela, Tia Lúcia, Danúbia, Vó Maria, Ricardo - eu nunca teria ao menos começado.

À minha querida amiga Rhaíza, por ter chorado, sorrido, enlouquecido, amadurecido, mas, principalmente, vivido comigo. Jamais me esquecerei de uma frase dita por você, e que nos resume: *“Nunca pensei que te encontraria lá”*.

Cléo, obrigada por me ensinar que a vida é uma constante. Por isso, tudo, até mesmo as piores coisas, passam. Agradeço por “nossas constantes” terem se encontrado, porque não teria sido fácil sem você.

À Tainah por provar que a verdadeira amizade continua além do tempo e da distância.

Aos meus amigos de curso, vocês foram maravilhosos, e provaram que a dor se ameniza quando o sofrimento é compartilhado.

Ao Giovani, pela paciência e disposição.

Ao professor Sandro por estar sempre disposto e aberto em me ajudar, e também pela leveza com a qual conduziu esse trabalho.

A todos, e também os quais não citei, porém sempre estão comigo – direta ou indiretamente - o meu muito obrigada... Obrigada por fazerem não apenas parte da minha vida, mas por fazerem de mim o que sou. A vocês, todo o meu carinho e gratidão.

*no fundo, no fundo,  
bem lá no fundo,  
a gente gostaria  
de ver nosso problemas  
resolvidos por decreto*

*a partir desta data,  
aquela mágoa sem remédio  
é considerada nula  
e sobre ela -- silêncio perpétuo*

*extinto por lei todo o remorso,  
maldito seja quem olhar pra trás,  
lá pra trás não há nada,  
e nada mais*

*mas problemas não se resolvem,  
problemas têm família grande,  
e aos domingos saem todos passear  
o problema, sua senhora  
e outros pequenos probleminhas*

***Bem no Fundo – Paulo Leminsk***

## RESUMO

A flexibilização e desregulamentação do Direito do Trabalho está presente no Brasil. Esse fenômeno tem como características as reiteradas iniciativas patronais de diminuir ou eliminar garantias de natureza juslaboral. Em âmbito nacional pode-se apontar reflexos da flexibilização no Direito Penal do Trabalho, a partir de duas perspectivas propostas no presente trabalho: primeiro, com a possibilidade de alteração do Código Penal, a fim de excluir do art. 149 as condutas de jornada exaustiva de condições degradantes de trabalho como condutas caracterizadoras de um trabalho em condições análogas à escravidão; segundo, com a possibilidade de uma regulamentação muito tímida no que tange à Emenda Constitucional n. 81/2014, de maneira a não dar concretude à expropriação de propriedades rurais e urbanas nas quais haja exploração de trabalho escravo. No entanto, essas medidas promovem um afrouxamento da legislação, com o intuito de diminuir a proteção ao empregado, além de violar o princípio do não retrocesso social.

Palavras-chave: trabalho em condições análogas à de escravo. retrocesso social. emenda constitucional 81/2014. alteração código penal.

## **ABSTRACT**

The flexibility and deregulation of labor law has been in Brazil. This phenomenon has the characteristics of the employer's repeated initiatives to reduce or eliminate guarantees just labor nature. Nationally can point reflections of flexibility in Criminal Labor Law, from two perspectives proposed in this paper: First, with the possibility to amend the Criminal Code in order to exclude from art. 149 the exhausting journey duct degrading working conditions characterizing conduct as a work in conditions akin to slavery; second, with the possibility of a very shy regulations regarding the Constitutional Amendment. 81/2014, so as not to give concreteness to the expropriation of rural and urban properties where there is exploitation of slave labor. However, these measures promote a relaxation of the legislation, in order to reduce the protection of the employee, in addition to violating the principle of non social regression.

Keywords: work in conditions akin to slavery. social regression. Constitutional Amendment 81/2014. change the penal code.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>1 A ESCRAVIDÃO COMO MODO DE PRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
1.1 A ESCRAVIDÃO NA ANTIGUIDADE .....	11
1.2 A ESCRAVIDÃO NO BRASIL .....	13
1.3 A CONDIÇÃO ANÁLOGA À DE ESCRAVO .....	18
<b>2 TUTELA JURÍDICA DO TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL.....</b>	<b>24</b>
2.1 TUTELA CONSTITUCIONAL.....	24
2.2 TUTELA INFRACONSTITUCIONAL .....	29
2.3 RISCO CONTRA A PROTEÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL: FLEXIBILIZAÇÃO E DESREGULAMENTAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO ...	40
<b>3 PERSPECTIVAS FUTURAS.....</b>	<b>43</b>
3.1 ASPECTOS DE NATUREZA PENAL-TRABALHISTA: PROJETO DE LEI N. 3842/2012 .....	43
3.2 PERSPECTIVAS DO TEMA A PARTIR DA EMENDA 81/2014: CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS – O RISCO DE SUA REGULAMENTAÇÃO.....	47
3.3 O PRINCÍPIO DO NÃO RETROCESSO SOCIAL.....	50
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>56</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>58</b>

## INTRODUÇÃO

O trabalho em condições análogas à de escravo, infelizmente, ainda é uma prática corriqueira no Brasil. E é por isto que os mecanismos de punição são constantemente buscados para quem submete os trabalhadores a tal prática. Nesse sentido, temos como último avanço legislativo a Emenda Constitucional n. 81/2014.

A emenda deu nova redação ao art. 243 da Constituição, possibilitando que as propriedades urbanas ou rurais nas quais for encontrado trabalho em condições análogas à de escravo poderão ser expropriadas. Em suma, o conteúdo da emenda significa um verdadeiro avanço legislativo no tocante ao combate desse crime – uma vez que tal conduta se encontra tipificada no art. 149 do Código Penal Brasileiro.

No entanto, a nova redação não é a mesma daquela proposta pela PEC n. 438/2001, que deu origem à emenda. Ou seja, o novo comando constitucional abre a possibilidade para a regulamentação da emenda. Sendo assim, surge a preocupação no tocante às perspectivas futuras em relação ao que já foi conquistado no âmbito dos direitos sociais.

Como exemplo, podemos citar o Projeto de Lei n. 432/2013, que objetiva regulamentar a expropriação das propriedades rurais e urbanas onde se localizem a exploração de trabalho escravo e dá outras providências. Porém, o que chama a atenção no projeto de lei é a definição utilizada para o trabalho em condições análogas à de escravo no tocante ao fim da expropriação, tendo em vista que em tal projeto legislativo não se considera o trabalho degradante ou a jornada exaustiva como uma das formas de trabalho em condições análogas à de escravo, o que fere diretamente princípios constitucionais.

É por isso que o presente trabalho busca a avaliação da Emenda Constitucional n. 81/2014, bem como do Projeto de Lei n. 432/2013, com o objetivo de analisar que a supressão dessas hipóteses causa verdadeiro retrocesso social quanto aos direitos fundamentais.

Além disso, tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei n. 3.842/12, o qual busca alterar o Código Penal, a fim de excluir a referência, no art. 149, a jornada exaustiva e trabalho degradante como hipóteses normativas de trabalho em condições análogas às de escravo.



Dessa maneira, o estudo será dividido em três capítulos. O primeiro deles é destinado a um breve recorte histórico sobre a escravidão, apenas com o objetivo de esclarecer que o trabalho em condições análogas à de escravo não é a mesma daquela do negro acorrentado em grilhões; pelo contrário, possui nova face.

O segundo capítulo traz a definição do que é o trabalho em condições análogas à de escravo, contida no art. 149 do Código Penal Brasileiro, e a sua importância para a identificação e o combate deste crime. Por este motivo, nenhuma de suas hipóteses de caracterização possui vagueza, mas é permeado de objetividade.

No último e terceiro capítulo, serão analisadas as perspectivas na tutela jurídica do trabalho em condições análogas à de escravo, seja no âmbito do Direito Penal, do Trabalho, Administrativo ou Constitucional, confrontando com o princípio constitucional do não retrocesso social.

## 1 A ESCRAVIDÃO COMO MODO DE PRODUÇÃO

Para KLEIN, “a escravidão era conhecida, na maioria das culturas e regiões do mundo, desde as origens de sociedades complexas”.<sup>1</sup> Com tal afirmativa, podemos concluir que a escravidão é fenômeno antigo, conhecido desde os primórdios da humanidade, intercalando-se com sua própria história.

A escravidão não foi episódio isolado na história brasileira ou latina; ela remonta de tempos antigos. De acordo com QUEIROZ, a escravidão é uma “instituição tão antiga quanto o gênero humano e de amplitude universal”, estando legitimada, muitas vezes, pelo Direito de quem detém o poder, apresentando-se em muitas épocas e sociedades.<sup>2</sup>

Não cabe ao presente trabalho a explanação de tais origens, levando em consideração a complexidade da escravidão, do ponto de vista histórico, tornando-se inapropriado, neste momento, um estudo detalhado sobre o tema,<sup>3</sup> mas apenas de apontar que ela não possui suas origens no Brasil, e que a escravidão brasileira possui suas próprias peculiaridades.<sup>4</sup>

Ainda, o viés histórico tratado neste capítulo tem como objetivo não apenas sintetizar ou indicar alguns dos tipos de escravidão já existentes, mas, também, de fazer um recorte histórico, a fim de diferenciar e afirmar que a condição análoga à de escravo, presente no mundo moderno, não é mais aquela dos negros acorrentados em grilhões; pelo contrário, a escravidão, hoje, possui novas formas.

---

<sup>1</sup> KLEIN, Herbert S. **Escravidão africana**: América Latina e Caribe. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 11.

<sup>2</sup> QUEIROZ, Suely Robles Reis de. **A escravidão negra no Brasil**. São Paulo: Ática, 1987, 1990. p. 05.

<sup>3</sup> ZEIDLER, Camila Guimarães Pereira. **Trabalho escravo no Brasil contemporâneo**: formas de erradicação e de punição. 2006. xiii, 144f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito, Faculdade de Direito do Sul de Minas. Defesa: Curitiba, 2006. p. 01.

<sup>4</sup> PONTINHA, Priscila Lopes. **Trabalho em condição análoga à de escravo** – um diálogo com a realidade do Paraná. Curitiba: 2006. p. 05.

## 1.1 A ESCRAVIDÃO NA ANTIGUIDADE

A escravidão existia desde a Antiguidade no Ocidente. Nela, o escravo era considerado *res* (coisa). Ou seja, o senhor podia dele dispor ou utilizá-lo da maneira como melhor lhe aprouvesse.<sup>5</sup> Conforme lição de MASCARO NASCIMENTO, “Predominou a escravidão, que fez do trabalhador simplesmente uma *coisa*, sem possibilidade sequer de se equiparar a sujeito de direito. O escravo não tinha, pela sua condição, direitos trabalhistas.”<sup>6</sup>

As civilizações antigas, como a grega e a romana, “foram erguidas com base na exploração de escravos, incumbidos de realizar serviços materiais que necessitassem de grandes esforços, causando fadiga e perda do potencial do ser”.<sup>7</sup> Portanto,

[...] a antinomia livres e escravos caracteriza as sociedades de todas as civilizações da Antiguidade, inclusive a civilização helênica. O ideal de liberdade cívica e democrática não teve entre os helenos influência na supressão dessa antinomia.<sup>8</sup>

A partir de tal afirmação, podemos concluir que a estrutura econômico-social da Grécia era gerada por uma mentalidade que admitia o princípio pelo qual há a supremacia do mais forte sobre o mais fraco,<sup>9</sup> “incluindo a escravidão entre os seus quadros, como condição indispensável para a própria subsistência”.<sup>10</sup>

Os romanos justificavam tal instituição devido à escassez de mão de obra ou a própria necessidade,<sup>11</sup> utilizando os escravos como prêmios para os exércitos

---

<sup>5</sup> ZEIDLER, Camila Guimarães Pereira. *op. cit.* p. 02.

<sup>6</sup> NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Iniciação ao direito do trabalho**. 36. ed. São Paulo: LTr, 2011. p. 43.

<sup>7</sup> ZEIDLER, Camila Guimarães Pereira. *op. cit.* p. 02.

<sup>8</sup> GIORDANI, Mário Curtis. **História da Grécia**. Petrópolis: Vozes. 1967. p. 184.

<sup>9</sup> *Idem*.

<sup>10</sup> *Idem*.

<sup>11</sup> MELTZER, Milton. **História ilustrada da escravidão**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004. p. 142.

conquistadores.<sup>12</sup> Já que as grandes conquistas de terras nesse período eram muito comuns, a escravidão era certamente previsível, pois “numa época de expansão econômica, de um suprimento limitado de mão-de-obra livre e de uma oferta inicialmente barata de escravos conquistados, era natural o direcionamento para o trabalho escravo”.<sup>13</sup>

A escravidão em Roma se tornou muito interligada com a sua economia, estimando-se “que no auge do império romano a população da Itália continha entre dois milhões e três milhões de escravos, que representavam entre 35 e 40 por cento da população total”.<sup>14</sup>

De acordo com MELTZER, é difícil saber nos mínimos detalhes como viviam os escravos romanos, tendo em vista a carência de evidências arqueológicas deixadas por essa civilização a respeito deles. No entanto, a literatura romana, apesar de não ter deixado biografias de escravos, nos diz alguma coisa sobre como eles eram tratados, o que podiam ou não fazer, e que punições eram certas, caso infringissem a lei.<sup>15</sup>

Ao analisar o exposto, podemos concluir que a escravidão antiga – Roma e Grécia – ocorreu especialmente em virtude das conquistas e necessidades econômicas, tornando-se o modo de produção dominante, ou seja, “o cativo deixou de ser um recurso marginal para constituir-se na mão-de-obra fundamental em todos os campos da produção”, conforme ensina Queiroz, ao analisar a escravidão na Antiguidade.<sup>16</sup>

Desse modo, a escravidão antiga está inserida num processo conjunto de conquistas territoriais e necessidade econômica de mão de obra. Diferente desse modelo foi o brasileiro, haja vista que os negros, no Brasil, não se tornaram escravos em razão de conquistas territoriais, mas para cá foram trazidos de outros lugares, a fim de promover a exploração econômica das riquezas aqui existentes.

---

<sup>12</sup> KLEIN, Herbert S. *op. cit.* p. 13.

<sup>13</sup> *Idem.* p. 15.

<sup>14</sup> *Idem.*

<sup>15</sup> MELTZER, Milton. *op. cit.* p. 142.

<sup>16</sup> QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *op. cit.* p. 05.

## 1.2 A ESCRAVIDÃO NEGRA NO BRASIL

A escravidão brasileira guarda íntima e profunda ligação com as primeiras atividades dos portugueses no Brasil, que remontam ao século XVI – entre 1500 e 1535 –, concentrando-se, principalmente, na extração de pau-brasil.<sup>17</sup> A falta de exploração de Portugal relativamente às novas terras da Colônia, mudou com a introdução do cultivo de cana-de-açúcar<sup>18</sup> e, concomitantemente, com a vinda de escravos africanos, porque os indígenas, segundo a óptica da época,

[...] não tinham disposição para labutar durante muito tempo, e menos ainda para passar a vida inteira no trabalho exaustivo da lavoura, das pastagens e da grande propriedade agrícola. Por outro lado, os portugueses que emigravam para o Brasil, mesmo os camponeses muito simplórios, não tinham a menor intenção de realizar trabalho manual, naquela que se lhes afigurava como a terra prometida.<sup>19</sup>

Por isso, “esta mão-de-obra, provar-se-ia muito inconfiável e cara para garantir a força de trabalho agrícola necessária para garantir a manutenção da viabilidade econômica da colônia americana”.<sup>20</sup> A história não especula ao certo quando foi que os primeiros africanos foram trazidos ao Brasil, mas se estima que o marco não teria sido entre 1531 e 1548.<sup>21</sup>

É importante salientar que a formação do escravismo que vigora no novo mundo é baseada pela “ética do lucro”,<sup>22</sup> sendo que “a acumulação de riquezas, o comércio e a exploração fáceis serão os objetivos a impulsionar os homens”.<sup>23</sup> Sob essa óptica, pode-se afirmar que a Europa produzia o que tinha valor para o

---

<sup>17</sup> FLORENTINO, Manolo; GUTIÉRREZ, Horacio; LEWKOWICZ, IDA. **Trabalho compulsório e trabalho livre na história do Brasil**. São Paulo: Unesp. p. 14.

<sup>18</sup> *Idem*. p. 15.

<sup>19</sup> BOXER, Charles R. *op. cit.* p. 102.

<sup>20</sup> KLEIN, Herbert S. *op. cit.* p. 35.

<sup>21</sup> PEREGALI, Enrique. **Escravidão no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Global, 1995 p. 21.

<sup>22</sup> QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *op. cit.* p. 08.

<sup>23</sup> *Idem*.

mercado, e as Colônias deveriam se inserir nesse pensamento, na condição de fornecedoras.

Dessa maneira, para produzir as mercadorias necessárias, eram exigidos trabalhadores. Como o lucro era o objetivo, e a Europa não dispunha de reservas financeiras, a mão de obra assalariada era inadmissível naquelas circunstâncias.<sup>24</sup> Assim, “para assegurar a reprodução do capital investido – no novo mundo – era preciso ligar o trabalhador obrigatoriamente à unidade econômica. Daí o recurso à escravidão”.<sup>25</sup>

A cultura canavieira – implementada no Brasil no final do século XVI<sup>26</sup> –, segundo BOXER,<sup>27</sup> foi consequência do exemplo fornecido por São Tomé e Príncipe, ilhas no Golfo da Guiné, colonizadas por portugueses por volta de 1470. O açúcar era uma especiaria, que, à época, alcançava altos preços.<sup>28</sup> Além do mais, o solo das ilhas de São Tomé e Príncipe se mostrou muito favorável à plantação de cana-de-açúcar, “experimentando notável progresso econômico na maior parte do século XVI com o rápido aumento da demanda europeia por açúcar”.<sup>29</sup> Dessa maneira, esta especiaria “dominou de forma absoluta a paisagem brasileira, representando – durante o final do século XVI e grande parte do século XVII – o elemento mais importante do comércio português”.<sup>30</sup>

O açúcar era plantado por meio do sistema de *plantation*. Por isso, a imagem mais conhecida do escravo, na época colonial, é aquele inserido na chamada *plantation* escravista.<sup>31</sup> A *plantation*, segundo GORENDER

---

<sup>24</sup> *Ibidem.* p. 09.

<sup>25</sup> *Ibidem.* p. 10.

<sup>26</sup> FERLINI, Vera Lucia Amaral. *op. cit.* p. 17.

<sup>27</sup> BOXER, Charles R. *op. cit.* p. 103.

<sup>28</sup> FERLINI, Vera Lucia Amaral. *op. cit.* p. 16.

<sup>29</sup> BOXER, Charles R. *op. cit.* p. 103.

<sup>30</sup> QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *op. cit.* p. 22.

<sup>31</sup> FLORENTINO, Manolo; GUTIÉRREZ, Horacio; LEWKOWICZ, IDA. *op. cit.* p. 23.

[...] foi uma estrutura econômica que conjugou um setor de cultivo agrícola e outro de beneficiamento do produto, ambos funcionando na mesma propriedade de modo articulado, com divisão interna própria do trabalho, e especializando-se na produção de gêneros orientados para o mercado mundial.<sup>32</sup>

O sistema de *plantation* requeria o abastecimento contínuo de escravos oriundos do tráfico, e foi amplamente divulgado, sobretudo na produção de alguns gêneros, como o açúcar e, posteriormente, o café.<sup>33</sup> Por isso, durante os séculos XVI e XVII, o principal destino dos escravos comprados era a Região Nordeste, com a finalidade de serem inseridos na produção de cana-de-açúcar,<sup>34</sup> em especial o denominado recôncavo baiano, que hoje compreende os Estados de Pernambuco, Sergipe, Alagoas e Bahia.<sup>35</sup>

O açúcar brasileiro, devido ao comércio paralelo dos holandeses, perdeu o seu monopólio. A situação seria de maior dificuldade não fosse a descoberta das jazidas auríferas no interior do Brasil, a partir do final do século XVII. “Os achados rapidamente se multiplicaram em terras dos atuais estados de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, alcançando, até meados do século XVIII, sua maior área de expansão geográfica e o mais alto nível de produtividade”.<sup>36</sup> O trabalho nas minas diferiu em vários aspectos em comparação às técnicas utilizadas ao *plantation*.<sup>37</sup>

No entanto, a condição do escravo era a mesma, ou seja, permeada pela violência em suas relações. Além do mais, assim como nos engenhos, a atividade mineradora também demandava um grande número de escravos, no fim do século XVII.<sup>38</sup> No entanto, o ouro esgotou-se, de acordo com QUEIROZ “por força da intensa exploração e das técnicas predatórias utilizadas em sua extração”,<sup>39</sup> retornando, portanto, a atenção para a agricultura.

---

<sup>32</sup> GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1985. p. 90.

<sup>33</sup> FLORENTINO, Manolo; GUTIÉRREZ, Horacio; LEWKOWICZ, IDA. *op. cit.* p. 24.

<sup>34</sup> *Idem*.

<sup>35</sup> QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *op. cit.* p. 22.

<sup>36</sup> *Idem*. p. 23.

<sup>37</sup> FLORENTINO, Manolo; GUTIÉRREZ, Horacio; LEWKOWICZ, IDA. *op. cit.* p. 30.

<sup>38</sup> *Idem*. p. 32.

<sup>39</sup> QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *op. cit.* p. 23.

Foi, então, o café a saída para as dificuldades brasileiras, uma vez que este havia se tornado o produto da moda na Europa, e não havia concorrentes para o Brasil. Assim, o café ganha grande expressão para a economia brasileira durante o século XIX.

A primeira importante região de lavoura cafeeira será o vale do Paraíba, que abrange os atuais Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.<sup>40</sup> O café “consistiu no principal produto de exportação do Brasil no século XIX e foi o setor que mais empregou escravos até a abolição. Propiciou a formação de extensas e ricas fazendas no Rio de Janeiro e em São Paulo”.<sup>41</sup>

Dessa maneira, pode-se afirmar que o tráfico de africanos tornou-se abundante no Brasil, principalmente nos séculos XVII, XVIII e XIX, primeiro no litoral e depois no interior, graças aos ciclos econômicos brasileiros.<sup>42</sup> E que

[...] a captura de africanos e sua transferência forçada às terras do Novo Mundo é, sem dúvida, um capítulo infame na história dos trabalhadores americanos. Os traficantes portugueses e, posteriormente, os brasileiros, foram os mais perseverantes e entusiastas negociantes de seres humanos da época moderna, sendo os primeiros a iniciar esse comércio na África para o Atlântico, e os últimos a abandoná-lo. Conforme estimativas moderadas, do total de mais de dez milhões de escravos transportados para terras americanas entre os séculos XVI e XIX, algo em torno de quatro milhões de negros desembarcaram no Brasil.<sup>43</sup>

Com as fundamentações acima traçadas, conclui-se que a estrutura econômica brasileira, durante o período de 1500 a 1888, foi escravista, ou seja, baseava-se na dependência da mão de obra escrava, sendo este o modo de produção dominante.<sup>44</sup> O escravo, durante este período, é bem definido por MELTZER, como aquele

---

<sup>40</sup> *Ibidem.* p. 25.

<sup>41</sup> FLORENTINO, Manolo; GUTIÉRREZ, Horacio; LEWKOWICZ, IDA. *op. cit.* p. 27.

<sup>42</sup> *Idem.* p. 19.

<sup>43</sup> *Idem.* p. 20.

<sup>44</sup> PONTINHA, Priscila Lopes. *op. cit.* p. 05.



[...] que é propriedade de outro. Propriedade é algo – terra, bens, dinheiro – de que alguém tem um título legal. E o proprietário tem o direito exclusivo de possuir, usufruir e dispor de sua propriedade. Assim como o gado, um escravo pode ser comprado, vendido, alugado, dado como presente ou herdado. Pois, teoricamente, em termos legais um escravo não é uma pessoa. Na maioria das culturas, ele não dispunha de nenhum direito individual nem de qualquer proteção legal. A lei preocupa-se com ele apenas para garantir a sua completa submissão a seu senhor.<sup>45</sup>

Portanto, o escravo era coisa, na qual incide o direito de propriedade do dono, o qual poderia dispor da maneira que melhor lhe aprouvesse. Ademais, reconhecido o seu valor comercial, o escravo era uma mercadoria, um instrumento que deveria ser apto a qualquer tipo de trabalho.<sup>46</sup> Ou seja, a escravidão era a coisificação do homem. Tal sujeição era necessária ao sistema, cabendo ao negro trabalhar no limite de suas forças. Esta compulsão, de acordo com QUEIROZ, adquiria-se especialmente pela anulação da individualidade do escravo, isto é, “ele era reduzido à condição de máquina destituída de vontade própria e cegamente obediente a razões inquestionáveis”.<sup>47</sup>

É importante, ainda, dizer que o sofrimento do negro já se iniciava em sua própria terra, ao ser arrancado de sua família e de sua comunidade. Em seguida, sofria as péssimas condições da viagem, sendo que muitos morriam durante o trajeto, uma vez que as travessias eram longas, podendo durar até cinco meses.<sup>48</sup> Nelas, as condições eram tão degradantes que a “carga humana” perecia na viagem. Calcula-se “que 25% dos escravos morriam no caminho e mais outros 25% resultante da guerra entre caçadores e caçados em terras africanas”.<sup>49</sup>

Essa força econômica foi se extinguindo, principalmente, com a Revolução Industrial da Inglaterra, que passa a exigir o fim do escravismo, pois o objetivo agora almejado é o comércio livre, e a cessação do tráfico seria o primeiro passo para o triunfo do capitalismo. A independência do Brasil foi o ponto crucial para que viesse a abolição da escravidão, pois Portugal não aceitava tal tomada, sendo a Inglaterra

---

<sup>45</sup> MELTZER, Milton. *op. cit.* p. 17.

<sup>46</sup> PONTINHA, Priscila Lopes. *op. cit.* p. 05.

<sup>47</sup> QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *op. cit.* p. 36.

<sup>48</sup> *Idem.* p. 38.

<sup>49</sup> PONTINHA, Priscila Lopes. *op. cit.* p. 06.

a responsável por dar o seu aval à nova nação em troca do fim do tráfico de escravos. Nesse sentido:

Qual seria o motivo do interesse inglês em defender o fim do tráfico e da escravidão? Certamente não apenas a pressão da opinião pública ou razões puramente humanitárias. Como o próprio Canning mencionava em seus despachos, havia importantes interesses econômicos. A proibição inglesa do tráfico de escravos para suas colônias nas Antilhas, produtoras de açúcar, ocasionou a diminuição da mão-de-obra e, conseqüentemente, o encarecimento do açúcar ali produzido. O açúcar do Brasil, beneficiado pela manutenção do tráfico e pelo uso da mão-de-obra escrava, obteria preços mais baixos no comércio internacional e as colônias inglesas seriam prejudicadas.<sup>50</sup>

É certo que a mudança foi lenta e gradual. Após a Lei Eusébio de Queiroz, de 1850, que vedou o tráfico de escravos, a história normativa até a abolição compreendeu: a Lei do Ventre Livre, de 1871, a Lei dos Sexagenários, de 1885 e, por fim, a Lei Áurea, de 1888, a qual extinguiu formalmente o trabalho escravo no Brasil, mas materialmente prosseguiu existindo, conforme será analisado na sequência.

### 1.3 A CONDIÇÃO ANÁLOGA À DE ESCRAVO

A Lei Áurea aboliu a escravidão no Brasil, em 1888.<sup>51</sup> É por isso que, formalmente, não há mais trabalho escravo no país, apenas trabalho em condições análogas à de escravo. No entanto, tal prática ainda é cotidiana, uma vez que há várias denúncias e investigações a respeito de empregadores que submetem seus trabalhadores a condições análogas à de escravo. Tal exploração não é apenas vergonhosa, mas também punível no ordenamento brasileiro.

<sup>50</sup> **Pressão inglesa para o fim do tráfico negreiro.** Disponível em: <[http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo02/pressao\\_inglesa.html](http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo02/pressao_inglesa.html)>. Acesso em: 08 nov. 2015.

<sup>51</sup> CAMARGO, Luís. **Trabalho escravo no Brasil, 125 anos depois.** Disponível em: <[http://portal.mpt.mp.br/wps/wcm/connect/portal\\_mpt/283c7b5b-ebf3-4ea9-b9e4-8a383de3d259/14.05.2013\\_Artigo+Lu%C3%ADs+Camargo\\_Correio+Braziliense\\_Trabalho+escravo+no+Braisl%2C+125+anos+depois.pdf?MOD=AJPERES](http://portal.mpt.mp.br/wps/wcm/connect/portal_mpt/283c7b5b-ebf3-4ea9-b9e4-8a383de3d259/14.05.2013_Artigo+Lu%C3%ADs+Camargo_Correio+Braziliense_Trabalho+escravo+no+Braisl%2C+125+anos+depois.pdf?MOD=AJPERES)>. Acesso em: 08 nov. 2015.

De acordo com QUEIROZ, a escravidão moderna é totalmente diferente da anterior, guardando divergências expressivas quanto às “origens, funcionamento e significado”,<sup>52</sup> uma vez que não guarda conexão com a tradição, buscando na religião e na história o seu sentido de ser.<sup>53</sup> Por isso, podemos traçar diferenças entre ambas.

No modelo colonial, garantia-se por lei o direito a possuir um escravo, pois ele era tratado como uma mercadoria. O preço para adquirir um escravo era alto. Para comprá-los, uma pessoa tinha que ter bastante riqueza. Acredita-se que em 1850 um escravo podia custar o mesmo que R\$ 120 mil hoje. A escravidão também tinha cor, e era o negro trazido da África.<sup>54</sup>

Já a escravidão moderna é proibida. Uma pessoa não pode ser proprietária de outra, sendo tal conduta considerada como crime pelo Código Penal. O custo é muito baixo, uma vez que os “escravos” não são comprados, mas aliciados e, muitas vezes, o patrão gasta apenas com o transporte do trabalhador até a propriedade. Na nova escravidão não há diferenças étnicas, mas sociais, porque os “escravos” são pessoas pobres e miseráveis.<sup>55</sup>

Podem-se ainda citar como outras características da “escravidão moderna” as falsas promessas feitas aos trabalhadores, que buscam melhores condições de emprego, induzidos pelos denominados “gatos” – um intermediador – para laborarem em condições desumanas, podendo receber determinada quantia por seu trabalho.<sup>56</sup>

Com as considerações acima traçadas, pode-se

<sup>52</sup> QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *op. cit.* p. 06.

<sup>53</sup> *Idem.* p. 06.

<sup>54</sup> **Cartilha do Ministério Público do Trabalho.** Disponível em <[http://portal.mpt.mp.br/wps/wcm/connect/portal\\_mpt/11344af7-b9d7-4fcc-8ebe-8e56b5905129/Cartilha%2BAalterada\\_3-1.pdf?MOD=AJPERES&CONVERT\\_TO=url&CACHEID=11344af7-b9d7-4fcc-8ebe-8e56b5905129](http://portal.mpt.mp.br/wps/wcm/connect/portal_mpt/11344af7-b9d7-4fcc-8ebe-8e56b5905129/Cartilha%2BAalterada_3-1.pdf?MOD=AJPERES&CONVERT_TO=url&CACHEID=11344af7-b9d7-4fcc-8ebe-8e56b5905129)> Acesso em: 08 nov. 2015. p. 15.

<sup>55</sup> *Idem.*

<sup>56</sup> FLAITT, Isabella Parelli Haddad. O trabalho escravo à luz das convenções ns. 29 105 da organização internacional do trabalho. In: ALVARENGA, Rúbia Zanotelle de; COLNAGO, Lorena de Mello Rezende (coords.). **Direito internacional do trabalho e as convenções internacionais da OIT.** São Paulo: LTr. p. 272.

[...] definir como trabalho em condições análogas à de escravo como o exercício do trabalho humano em que há restrição, em qualquer forma, à liberdade do trabalhador, e/ou quando não são respeitados os direitos mínimos para o resguardo da dignidade do trabalhador.<sup>57</sup>

A escravidão atual não é a mesma daquele modelo utilizado até o século XIX. No entanto, e infelizmente, esse fenômeno ainda é recorrente, não apenas no Brasil, como em todo o mundo.<sup>58</sup> A submissão de trabalhadores a condição análoga à de escravo, além de suprimir direitos trabalhistas, viola direitos fundamentais consagrados pela Constituição, a qual confere primazia máxima aos seres humanos, consagrando como princípio dos princípios a dignidade da pessoa humana.<sup>59</sup> A dignidade humana

[...] é uma qualidade inerente a todo ser humano, que o faz merecedor do direito de receber tratamento digno, possuir o mínimo existencial, bem como de ver respeitados todos os demais direitos fundamentais, tanto pelo Estado como pelos particulares, pelo simples fato de ser pessoa humana.<sup>60</sup>

Como se pode observar da afirmação acima, a dignidade da pessoa humana tem grande valor, baseando, não apenas o ordenamento jurídico brasileiro, mas, também, as relações internacionais, tanto é que no âmbito internacional há diversos tratados e convenções que emergem de tal princípio.

Dessa maneira, a preocupação com o trabalho em condições análogas à de escravo encontra-se, também, em âmbito internacional. Diante de tal quadro, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) vem propondo iniciativas que erradiquem esta prática desumana, o que se verifica por meio de suas convenções internacionais, assinadas por diversos países, inclusive pelo Brasil,<sup>61</sup> tendo em vista o seu conhecimento de trabalho em condições análogas à de escravo em seu

<sup>57</sup> **Cartilha do Ministério Público do Trabalho.** *op. cit.* p. 05.

<sup>58</sup> PEREIRA, Cíntia Batista; GUERRA, Roberta Freitas. Trabalho em condições análogas à de escravo: até quando? **Revista de Direito do Trabalho.** vol. 155/2014. Jan 2014. p. 03.

<sup>59</sup> FLAITT, Isabella Parelli Haddad. *op. cit.* p. 276.

<sup>60</sup> *Idem.*

<sup>61</sup> PEREIRA, Cíntia Batista; GUERRA, Roberta Freitas. *op. cit.* p. 25.

território. Por isso, na tentativa de reduzi-lo, tem ratificado e internalizado as convenções e recomendações da OIT.<sup>62</sup>

Podemos citar, a título de exemplo, a Convenção n. 29 da OIT, de 1930, “ratificada pelo Brasil por meio do Dec. 41.721/1957, também conhecida como a ‘Convenção sobre o Trabalho Forçado ou Obrigatório’”.<sup>63</sup> Em seu art. 2.º, a Convenção define o trabalho forçado ou obrigatório como sendo “todo o trabalho ou serviço exigido de uma pessoa sob a ameaça de uma pena qualquer e para a qual não se tenha oferecido voluntariamente”,<sup>64</sup> prevendo, ainda, que todos os países que o ratificassem deveriam suprimir de todo o seu território o emprego do trabalho forçado ou obrigatório em todas as suas formas (art. 1º).<sup>65</sup> Por meio do conceito explicitado, é possível perceber dois elementos principais para a caracterização jurídica do trabalho forçado ou obrigatório, tais como o fato de o trabalho ser executado involuntariamente e sob ameaça de uma pena qualquer.

Outro exemplo é a Convenção n. 105 da OIT, de 1957, ratificada pelo Brasil por meio do Dec. 58.822/1965, também conhecida como a “Convenção sobre a Abolição do Trabalho Forçado”.<sup>66</sup> Cumpre destacar que referida Convenção não é uma revisão da Convenção n. 29, já que ambas vigoram simultaneamente no ordenamento jurídico brasileiro; pelo contrário, ela amplia o conceito de trabalho forçado, restringindo à sua incidência à cinco hipóteses trazidas em seu texto legal.<sup>67</sup>

A Convenção n. 105 reconhece, portanto, como sendo trabalho forçado o praticado em cinco casos específicos/circunstâncias: (1) como forma de coerção ou educação política, castigo por expressar determinadas opiniões políticas; (2) para fins de desenvolvimento econômico; (3) como meio de disciplina no trabalho; (4)

<sup>62</sup> SILVA, Cristiane de Melo M. Sabino Gazola. **Do escravismo colonial ao trabalho forçado atual: a supressão dos direitos sociais fundamentais**. São Paulo: LTr, 2009. p. 47.

<sup>63</sup> PEREIRA, Cíntia Batista; GUERRA, Roberta Freitas. *op. cit.* p. 04.

<sup>64</sup> **Convenção n. 29 sobre o trabalho forçado ou obrigatório**. Disponível em: <[http://portal.mpt.mp.br/wps/wcm/connect/portal\\_mpt/1cb77e44-d3e8-48da-b8a0-4737ccf4ec3d/conv\\_29.pdf?MOD=AJPERES&CONVERT\\_TO=url&CACHEID=1cb77e44-d3e8-48da-b8a0-4737ccf4ec3d](http://portal.mpt.mp.br/wps/wcm/connect/portal_mpt/1cb77e44-d3e8-48da-b8a0-4737ccf4ec3d/conv_29.pdf?MOD=AJPERES&CONVERT_TO=url&CACHEID=1cb77e44-d3e8-48da-b8a0-4737ccf4ec3d)> Acesso em: 08 nov. 2015.

<sup>65</sup> *Idem*.

<sup>66</sup> PEREIRA, Cíntia Batista; GUERRA, Roberta Freitas. *op. cit.* p. 25.

<sup>67</sup> SCHMIDT, Martha Halfed Furtado de Mendonça. O Trabalho Forçado Contemporâneo – Comentários às Convenções Fundamentais 29 e 105 da Organização Internacional do Trabalho – O Texto e o Contexto. In: ALVARENGA, Rúbia Zanotelle de; COLNAGO, Lorena de Mello Rezende (coords.). **Direito Internacional do Trabalho e as Convenções Internacionais da OIT**. São Paulo: LTr. p. 283.

como castigo, por haver participado de greve; e (5) como forma de discriminação racial, social, nacional ou religiosa.<sup>68</sup>

Interessante notar que, no que diz respeito às citadas convenções, a OIT não utiliza a terminologia “trabalho escravo”, ou “trabalho em condições análogas à de escravo”. Pelo contrário, prefere valer-se das expressões “trabalho forçado ou obrigatório”, para não haver conexão com a escravidão negra ou indígena praticada até o século XIX, que possuía outras formas, diferentes da atual.<sup>69</sup> Ou seja, para o âmbito internacional, a “escravidão contemporânea” tem como sinônimo o “trabalho degradante ou forçado”. Já no âmbito nacional, o trabalho em condições análogas à de escravo é gênero, que comporta como espécie o trabalho degradante e o trabalho forçado, de acordo com o art. 149 do Código Penal Brasileiro.

No que tange à legislação nacional brasileira, pode-se afirmar que ela também proíbe o trabalho em condições análogas à de escravo, uma vez que em 1988, com a promulgação da Constituição da República, foi fundada uma nova ordem jurídica, estabelecendo como fundamentos, dentre outros, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho<sup>70</sup>. Assim,

[...] almejando a proteção destes fundamentos, elencou, no Título II, relativo aos direitos e garantias fundamentais, os direitos sociais, entre os quais se destacam o direito ao trabalho, à saúde, à segurança e à previdência social. Especificamente em relação ao valor do trabalho, a Carta Magna garantiu um rol mínimo de direitos, equiparando os trabalhadores rurais aos urbanos (art. 7.º da CF/1988).<sup>71</sup>

Portanto, a Constituição elevou o ser humano à condição de sujeito de direito, equiparando o direito ao trabalho à condição de direito fundamental, dando a

<sup>68</sup> **Convenção n. 29 sobre o trabalho forçado ou obrigatório.** *op. cit.*

<sup>69</sup> PEREIRA, Cíntia Batista; GUERRA, Roberta Freitas. *op. cit.* p. 25.

<sup>70</sup> BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 05 jan. 1988. p. 1, anexo. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Art. 1º, incisos III e IV. Acesso em: 08 nov. 2015

<sup>71</sup> SILVA, Marcelo Ribeiro. O desafio de definir trabalho análogo ao de escravo. **Revista do Direito do Trabalho**. vol. 134. Abril 2009. p. 202.

todos o direito a uma relação de emprego protegida e digna, nos termos do seu art. 7º.<sup>72</sup>

---

<sup>72</sup> PEREIRA, Cíntia Batista; GUERRA, Roberta Freitas. *op. cit.* p. 25.

## 2 TUTELA JURÍDICA DO TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL

Atualmente, o Brasil possui um complexo e denso arcabouço jurídico com o objetivo de defender a dignidade da pessoa humana e repudiar qualquer espécie de trabalho que retire o caráter humano do trabalhador. Essa densidade normativa encontra respaldo na Constituição e, também, na legislação infraconstitucional (art. 149 do Código Penal).

### 2.1 TUTELA CONSTITUCIONAL

A Constituição é permeada por dispositivos que declaram o caráter humano do trabalhador. Isso porque consagra como um dos princípios fundamentais do Estado Democrático de Direito “os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa”,<sup>73</sup> proclamando, expressamente, que “ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante”.<sup>74</sup>

Além disso, a Constituição Federal possui um capítulo específico atinente aos direitos sociais, dentre eles o direito ao trabalho, e para que este seja realizado é necessário que o rol de direitos<sup>75</sup> previstos por ela seja cumprido e respeitado.

Podemos, ainda, citar, como aporte constitucional, o artigo 170 da Constituição, no qual “a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social”.<sup>76</sup> Declara, também, como fundamento da República Federativa do Brasil, a dignidade da pessoa humana.<sup>77</sup>

---

<sup>73</sup> BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 05 jan. 1988. p. 1, anexo. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Art. 1º, IV. Acesso em: 08 nov. 2015.

<sup>74</sup> *Idem*. Art. 5º, III.

<sup>75</sup> *Idem*. Art. 6º e 7º.

<sup>76</sup> *Idem*. Art. 170, *caput*.

<sup>77</sup> *Idem*. Art. 1º, inc. III e IV.



Por fim, a Constituição Federal de 1988 sofreu modificação, no ano de 2014, por meio da Emenda n. 81, a qual garantiu a expropriação de imóveis nos quais haja prática de trabalho escravo/em condições análogas à de escravo.

A Emenda Constitucional n. 81/2014 ficou conhecida como a PEC do Trabalho Escravo. A proposta foi feita pelo Senador Ademir Andrade (PSB/PA), em 1999, e, depois de aprovada pelo Senado, foi remetida à Câmara dos Deputados, onde recebeu a numeração 438/2001.<sup>78</sup> Após quinze anos aguardando votação, foi promulgada em 05/07/2014.<sup>79</sup>

O objetivo da emenda foi conferir nova redação ao art. 243 da Constituição.<sup>80</sup> A redação anterior do dispositivo constitucional dispunha da seguinte maneira:

Art. 243. As glebas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas serão imediatamente expropriadas e especificamente destinadas ao assentamento de colonos, para o cultivo de produtos alimentícios e medicamentosos, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.

Parágrafo único. Todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins será confiscado e reverterá em benefício de instituições e pessoal especializados no tratamento e recuperação de viciados e no aparelhamento e custeio de atividades de fiscalização, controle, prevenção e repressão do crime de tráfico dessas substâncias.<sup>81</sup>

Já com a nova redação, o dispositivo ficou assim redigido:

---

<sup>78</sup> GUERRA, Roberta F., PEREIRA, Cíntia B. Trabalho em Condição Análoga à de Escravo: até quando?. **Revista de Direito do Trabalho**. vol. 155/2014. Jan/2014. p. 30.

<sup>79</sup> Disponível em: [[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc81.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc81.htm)]. Acesso em: 26 jul. 2015.

<sup>80</sup> NEVES, Débora Maria Ribeiro. Consequências da Promulgação da EC 81/2014: retrocesso no combate ao trabalho escravo. **Revista de Direito do Trabalho**. vol. 158/2014. Jul / 2014. p. 61.

<sup>81</sup> Brasil. Assembleia Legislativa. **Projeto de Lei 432/2013**. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=138660&tp=1>>. Acesso em: 07 de out. de 2015. p. 08.

Art. 243. As propriedades rurais e urbanas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo na forma da lei serão expropriadas e destinadas à reforma agrária e a programas de habitação popular, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, observado, no que couber, o disposto no art. 5º.

Parágrafo único. Todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e da exploração de trabalho escravo será confiscado e reverterá a fundo especial com destinação específica, na forma da lei.<sup>82</sup>

Primeiramente, é oportuno dizer que a emenda trata da expropriação de propriedades rurais e urbanas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho em condições análogas à de escravo. Além disso, cumpre destacar o disposto nos artigos 184 e 186 da Constituição, pois eles tratam dos conceitos de função social da propriedade e de desapropriação, nos seguintes termos:

Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

(...)

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

- I – aproveitamento racional e adequado;
- II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;
- III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
- IV – exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.<sup>83</sup>

Dessa maneira, ao analisarmos as características do trabalho em condições análogas à de escravo, pode-se afirmar que a função social da propriedade não é respeitada quando existe a prática desse crime,<sup>84</sup> uma vez que os trabalhadores são

<sup>82</sup> BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. *op. cit.*

<sup>83</sup> BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 05 jan. 1988. p. 1, anexo. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 08 nov. 2015.

<sup>84</sup> NEVES, Débora Maria Ribeiro. *op. cit.* p. 64.

submetidos a condições degradantes e/ou forçados a trabalhar, violando o trabalho digno e o mínimo de direitos previstos pela Constituição. Ou seja, a Constituição assegura o direito de propriedade, no entanto, este é apenas atingido quando se atende à função social da propriedade.<sup>85</sup>

Portanto, a partir das considerações traçadas pela própria Constituição, a propriedade não é um direito absoluto. Pelo contrário, encontra limites na função social da propriedade.<sup>86</sup> Dessa maneira, é justificável a modificação constitucional do art. 243 da Constituição, tendo em vista que o trabalho em condições análogas à de escravo é o oposto do trabalho decente.<sup>87</sup>

Nesse sentido, a União poderá desapropriar terras para fins de reforma agrária mediante indenização ao proprietário, conforme art. 184 da Constituição supramencionado.<sup>88</sup> No entanto,

[...] ocorre que, tal medida não atingiria o objetivo de reprimir a prática do trabalho escravo, sendo contraditória a possibilidade de concessão de indenização pela prática de um crime. Daí a importância da edição da EC 81/2014 que passou a prever a possibilidade não de desapropriação, mas sim de expropriação da terra, ou seja, o perdimento da propriedade sem direito a qualquer tipo de indenização ou compensação, a título de sanção.<sup>89</sup>

Por isso haveria a expropriação – sem o pagamento da indenização ao proprietário pela perda de sua propriedade –, tendo em vista que a desapropriação seria uma premiação ao proprietário que submetesse, em sua propriedade, trabalhadores a condições análogas à de escravo. Dessa maneira, a punição não seria alcançada, e mais uma legislação que visa ao enfrentamento de tal prática não seria concretizada.

---

<sup>85</sup> BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. *op. cit.* Art. 5º, inc. XXII e XXIII.

<sup>86</sup> SILVA, Marcelo Ribeiro. *op. cit.* p. 81.

<sup>87</sup> GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. Emenda Constitucional 81/2014 e regulamentação legal: trabalho escravo e desapropriação legal. **Revista do Direito do Trabalho**. vol. 158/2014. Jul/2014. p. 34.

<sup>88</sup> NEVES, Débora Maria Ribeiro. *op. cit.* p. 64.

<sup>89</sup> *Idem*.

Outro ponto interessante para se destacar em relação à mudança redacional do artigo é que a emenda promulgada é diferente da redação original proposta pela PEC 438/2001,<sup>90</sup> a qual previa que

[...] as glebas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo serão imediatamente expropriadas e especificamente destinadas à reforma agrária, com o assentamento prioritário aos colonos que já trabalhavam na respectiva gleba, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei. Todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e da exploração de trabalho escravo será confiscado e se reverterá, conforme o caso, em benefício de instituições e pessoal especializado no tratamento e recuperação de viciados, no assentamento dos colonos que foram escravizados, no aparelhamento e custeio de atividades de fiscalização, controle e prevenção e repressão ao crime de tráfico ou do trabalho escravo.<sup>91</sup>

De acordo com KALIL, a emenda representa um verdadeiro avanço no legislativo no tocante ao combate ao trabalho em condições análogas à de escravo.<sup>92</sup> No entanto, através da análise das redações, pode-se verificar que antes não havia uma abertura para a edição de lei específica, já que não constava a denominação “nos termos da lei”.

Porém, é necessária muita cautela na formulação da lei regulamentadora da EC 81/2014, tendo em vista que poderia se criar uma verdadeira violação aos direitos fundamentais, importando num verdadeiro retrocesso social no que concerne à legislação vigente sobre o trabalho em condições análogas à de escravo. Sua regulamentação infralegal, todavia, encontra-se tímida em projeto de lei tramitando no Congresso Nacional, de modo que os limites e possibilidades a respeito dessa novidade constitucional merecerão a adequada avaliação adiante.

No entanto, ela – a Constituição – não define o que é o trabalho em condições análogas à de escravo, cabendo à legislação infraconstitucional, ou seja,

<sup>90</sup> *Ibidem*. p. 62.

<sup>91</sup> **Redação original da PEC 57-A/1999.** Disponível em: <[www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=109048&tp=1](http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=109048&tp=1)>. Acesso em: 22 set. 2015.

<sup>92</sup> **Mato Grosso e o combate ao trabalho escravo** Disponível em: <<http://www.prt23.mpt.gov.br/informe-se/noticias-do-mpt-mt/495-artigo-mato-grosso-e-o-combate-ao-trabalho-escravo>>. Acesso em: 17 nov. 2015.

ao Código Penal do Brasil, tal definição, uma vez que a legislação brasileira o vê como crime, o que será analisado no tópico seguinte.

## 2.2 TUTELA INFRACONSTITUCIONAL

No âmbito infraconstitucional, o trabalho em condições análogas à de escravo encontra respaldo no art. 149 do Código Penal. Possui respaldo constitucional, uma vez que a submissão de trabalhadores a esta prática viola uma série de direitos e garantias fundamentais.<sup>93</sup>

A previsão infraconstitucional, que tipifica a redução análoga à de escravo, além de possuir seus fundamentos na própria Constituição, auxilia no combate a tal prática, tendo em vista que

[...] a valorização do trabalho significa a possibilidade de autossustento, de sobrevivência digna do homem com o produto da remuneração de seu labor, bem como a garantia dos demais direitos sociais do trabalho, como renda mínima, férias, repouso semanal, limite de jornada de trabalho, dentre outros.<sup>94</sup>

Portanto, extrai-se, mais uma vez, a necessidade de que a tipificação penal supra a exigência de combate a essa prática, que afronta diretamente os princípios norteadores da Constituição da República do Brasil, devendo ser clara e precisa sua previsão normativa, a fim de que não haja lacunas para sua identificação, combate e punição.

É importante pontuar que essa previsão legal não é nova, porque desde o Direito Romano punia-se “a condução da vítima, indevidamente, ao estado de

---

<sup>93</sup> NELSON, Aline Virgínia Medeiros. Crime em Condição Análoga à de Escravo e Relações entre Globalização e Desenvolvimento Urbano. Coord: BARACAT. Eduardo Milléo; FELICIANO, Guilherme Guimarães. **Direito Penal do Trabalho**. São Paulo: LTr. 2014. p. 98.

<sup>94</sup> *Idem*.

escravidão”. Tal prática era denominada como *plagium*.<sup>95</sup> Ou seja, de acordo com PIERANGELI, a palavra *plagium* advém do verbo *plagiare*, que, na Roma Antiga, significava “a compra de um homem livre sabendo que o era, e retê-lo em servidão ou utilizá-lo como próprio servo.”<sup>96</sup> Porém, para BITENCOURT, o plágio romano não pode se confundir com a redução à condição análoga à de escravo, pois,

[...] há, na verdade, uma grande diferença entre o plagio dos romanos e a redução a condição análoga à de escravo do Direito moderno: o bem jurídico protegido. Modernamente, não se reconhece a escravidão como lícita, criando-se, então, pela coação do agente, uma situação de fato, permanentemente ilegítima.<sup>97</sup>

Ou seja, o atual art. 149 do Código Penal Brasileiro prevê a conduta de redução a condições análogas à de escravo. Isso porque, em nosso ordenamento, não há mais escravidão, ao contrário do que ocorria anteriormente. Ou seja, perante o nosso ordenamento a escravidão foi abolida, pelo que o fato de um sujeito condicionar outro a tal prática não retira daquele a liberdade e a dignidade, previstas juridicamente, e que merecem adequada tutela jurídica.

Aqui, entra-se no ramo do Direito do Trabalho conhecido como Direito Penal do Trabalho, que, segundo MASCARO NASCIMENTO, “é o ramo do direito público que tem por objeto as normas e princípios aplicáveis à punição das infrações penais previstas no âmbito das relações de trabalho.”<sup>98</sup>

A punição à prática de trabalho em condições análogas à de escravo no ordenamento jurídico brasileiro não é nova, isto é, desde o Código Penal de 1830 havia a previsão do tipo, definindo o crime nos seguintes termos: “reduzir à escravidão pessoa livre, que se achar em posse de sua liberdade”.<sup>99</sup> Ou seja,

<sup>95</sup> BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal 2 - parte especial**: dos crimes contra a pessoa. 12.ed. rev. e ampl. [São Paulo, SP]: Saraiva, 2012. v. 2 . p. 428.

<sup>96</sup> PIERANGELI, Jose Henrique. **Manual de direito penal brasileiro**: parte especial, arts. 121 a 234. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005. v. 2. p. 156.

<sup>97</sup> BITENCOURT, Cezar Roberto. *op. cit.* p. 429.

<sup>98</sup> NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Iniciação ao direito do trabalho**. 36. ed. São Paulo: LTr, 2011. p. 549.

<sup>99</sup> BITENCOURT, Cezar Roberto. *op. cit.* p. 429.

“reconhecia o direito à liberdade apenas para parte dos cidadãos”,<sup>100</sup> já que no Brasil Imperial a escravidão era admitida, haja vista que “incriminava-se o fato de ‘reduzir à escravidão a pessoa livre, que se achar em posse de sua liberdade’ (art. 179).<sup>101</sup>

No Brasil República, após a abolição da escravidão (1888),<sup>102</sup> a tipificação penal não tratava especificamente da redução a condição análoga à de escravo, pois, segundo o artigo 181, era crime “privar alguma pessoa de sua liberdade, retendo-a por si, ou por outrem, em cárcere privado, ou conservando-a em sequestro por tempo menor de 24 horas”.<sup>103</sup> Assim, o Código Penal de 1890 “desconhecia completamente essa figura delituosa, não lhe fazendo qualquer referência”.<sup>104</sup>

Apenas em 1940, o Código Penal volta a disciplinar tal conduta.<sup>105</sup> O tipo era previsto no artigo 149, nos seguintes termos: “reduzir alguém à condição análoga de escravo”.<sup>106</sup> Nas palavras de BUSATO, essa previsão “não se explicava claramente no que consistiam as condutas de exploração do trabalho que convertia sujeitos em coisas”.<sup>107</sup>

Essa dicção típica figurou em nosso ordenamento jurídico até o advento da Lei n. 10.803, de 11 de dezembro de 2003,<sup>108</sup> a qual conceitua o trabalho em condições análogas à de escravo, prevendo “uma situação de fato que importa numa submissão ou sujeição de uma pessoa ao poder, domínio ou vontade de outra”.<sup>109</sup> A nova redação

---

<sup>100</sup> BUSATO, Paulo César. **Direito penal**: parte especial 1. São Paulo, SP: Atlas, 2014.p. 310.

<sup>101</sup> *Idem.*

<sup>102</sup> *Idem.*

<sup>103</sup> PIERANGELI, Jose Henrique. *op. cit.* p. 156.

<sup>104</sup> BITENCOURT, Cezar Roberto. *op. cit.* p. 429.

<sup>105</sup> *Idem.*

<sup>106</sup> BUSATO, Paulo César. *op. cit.* p. 310.

<sup>107</sup> *Idem.*

<sup>108</sup> DE JESUS, Damásio E. **Código penal anotado**. São Paulo: Saraiva. 2006. p. 525

<sup>109</sup> PIERANGELI, Jose Henrique. *op. cit.* p. 156.

[...] trouxe uma nova configuração para o tipo penal e descreve minuciosamente as condutas incriminadas, de modo a permitir uma mais adequada imputação. Foram criadas, também, condutas equiparadas e circunstâncias majorantes especiais “de modo a dotar o tipo de bastante atualidade criminológica.”<sup>110</sup>

O antigo tipo era vago e impreciso no que tange à conduta de reduzir alguém à condição análoga à de escravo, o que corroborava com a não subsunção de qualquer fato ao tipo penal,

[...] de modo que vários senhores de terras, que eram apanhados com trabalhadores em suas fazendas, laborando em condição análoga à de escravo, não eram sequer punidos devido à imprecisão e atécnica do dispositivo legal em comento.<sup>111</sup>

Assim, o artigo 149, com a nova redação, ficou da seguinte maneira:

Art. 149. Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto.

Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem:

I – cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho;

II - mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho.

§ 2º A pena é aumentada de metade, se o crime é cometido:

I - contra criança ou adolescente;

II - por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem.

Ao analisar o tipo penal acima descrito, pode-se concluir que houve um acréscimo em relação ao bem jurídico tutelado. Por isso, segundo BUSATO, podemos dizer que “hoje em dia, é possível considerar o tipo penal como complexo,

<sup>110</sup> BUSATO, Paulo César. *op. cit.* 311.

<sup>111</sup> PEREIRA, Cíntia Batista; GUERRA, Roberta Freitas. *op. cit.* p. 28.



incluindo uma duplicidade de bens jurídicos”,<sup>112</sup> uma vez que, por mais que o tipo esteja contido na seção relativa à liberdade individual, a conduta fere, em primeiro lugar, a dignidade da pessoa humana,<sup>113</sup> pilar da Constituição.

Ou seja, o antigo tipo penal protegia apenas o bem jurídico liberdade do trabalhador. Com o advento da nova redação, o tipo penal, como exposto acima, ficou complexo, pois também visa proteger a dignidade do trabalhador.

Nesse sentido, não é fácil designar o que seja a dignidade da pessoa humana. Nas palavras de BRITO FILHO, “parece ser mais fácil identificar o que atenta contra a dignidade do que identificá-la em si mesma”.<sup>114</sup> Para aprofundarmos esse conceito, será utilizado o entendimento de SARLET, para quem a dignidade da pessoa humana é

*[...] a qualidade intrínseca e distintiva reconhecida em cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e co-responsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos, mediante o devido respeito aos demais seres que integram a rede da vida.”<sup>115</sup>*

Por meio da definição trazida por SARLET, pode-se concluir que a dignidade da pessoa humana deve ser levada em consideração em sua plenitude, porque é o traço distintivo do ser humano, não podendo ser alienada ou renunciada.

Em consonância com o exposto, podemos afirmar que, com a redação dada pela Lei n. 10.803/2003, o tipo tornou-se fechado, e não mais aberto, como aquele descrito pelo Código Penal de 1940.<sup>116</sup> Ou seja, “[...] anteriormente, tratava-se de

<sup>112</sup> BUSATO, Paulo César. *op. cit.* 311.

<sup>113</sup> *Idem.*

<sup>114</sup> BRITO FILHO, José Claudio Monteiro de. Trabalho com redução do homem à condição análoga à de escravo e dignidade da pessoa humana. **Gêneses**: Revista de direito do trabalho. Curitiba, Pr, n.137 (maio/2004), p. 674.

<sup>115</sup> SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na constituição federal de 1988**. 7. ed. revista e atualizada. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009. p. 67.

<sup>116</sup> BUSATO, Paulo César. *op. cit.* p. 311.

crime de forma livre, que admitia qualquer meio executório. Com a mudança, passou a constituir delito de forma vinculada. De modo que só integram o tipo aquelas condutas especificamente detalhadas.”<sup>117</sup>

Assim, podemos dizer que antes o tipo era “sintético, e por isso mais dependente de interpretação, mas para a posição até então majoritária, estava claramente inspirado no princípio da liberdade, além de ser amplo, no tocante à relação em que seria possível a prática do crime”.<sup>118</sup> Portanto, a mudança descritiva permite analisar e visualizar de maneira mais eficiente a prática do crime, uma vez que explica todas as formas em que pode ser caracterizado, permitindo, portanto, uma análise mais completa.<sup>119</sup>

A Lei n. 10.803/2003 trouxe as hipóteses em que ficaria caracterizado o trabalho em condições análogas à de escravo, uma vez que antes havia um problema em identificar a caracterização do crime. Assim, hoje, portanto, “podemos identificar quando, efetivamente, o delito se configura”.<sup>120</sup> Dessa forma, onde for encontrado trabalho em qualquer uma das condições descritas pelo tipo, este será considerado como trabalho em condições análogas à de escravo, cabendo a aplicação das penas descritas, não havendo como se desvencilhar da punição alegando imprecisão ou vagueza.

A referida lei trouxe, ainda, outras inovações, como o caso dos meios específicos descritos no § 1º do artigo mencionado, ou ainda a disposição de aumento de pena nos casos descritos no parágrafo seguinte.<sup>121</sup> Podem-se ainda trazer como novidades do tipo penal as hipóteses de incidência descritas no *caput* do art. 149, ditas como modalidades de tipo de ação,<sup>122</sup> ou modalidades de conduta, as quais serão analisadas a partir de agora.

A primeira modalidade de tipo de ação que o *caput* do art. 149 traz é o *trabalho forçado*. Antes de tudo, é importante lembrarmos o que a Convenção n. 29

---

<sup>117</sup> DE JESUS, Damásio E. *op. cit.* p. 525

<sup>118</sup> BRITO FILHO, José Cláudio Monteiro de. Caracterização do trabalho escravo no Brasil: Perspectiva Penal. **Revista Síntese: Trabalhista e Previdenciária**. 302 – agosto/2014. 2014. p. 26.

<sup>119</sup> *Idem*.

<sup>120</sup> GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal**. Volume II. Rio de Janeiro: Impetus, 2015. p. 838.

<sup>121</sup> PONTINHA, Priscila Lopes. *op. cit.* p. 13

<sup>122</sup> BUSATO, Paulo César. *op. cit.* p. 312.

da OIT denomina como trabalho forçado ou obrigatório.<sup>123</sup> De acordo com tal convenção, considera-se como trabalho forçado “todo serviço exigido de um indivíduo sob ameaça de qualquer penalidade e para o qual ele não se ofereceu de espontânea vontade”.<sup>124</sup> Podemos notar, portanto, a partir do conceito trazido, que o trabalho forçado fere o *status libertatis* do trabalhador. Ou seja, quando ele não pode decidir livremente sobre a aceitação do trabalho, ou, então, a qualquer tempo durante a relação de trabalho.<sup>125</sup>

É importante destacar a seguinte ponderação de BRITO FILHO, segundo a qual “não se deve dar, dessa forma, ao ‘e’ que une as duas hipóteses, a condição de conjunção aditiva. É que o trabalho forçado caracterizar-se-á tanto quando o trabalho é exigido contra vontade do trabalhador, durante sua execução, como quando ele é imposto desde o seu início”.<sup>126</sup>

Portanto, de acordo com a consideração acima traçada, pode-se concluir que o trabalho forçado fere a liberdade do trabalhador, tendo em vista que ele não pode decidir voluntariamente pela aceitação ou desligamento do trabalho.<sup>127</sup> Logo,

[...] considerar-se-á trabalho forçado toda modalidade de exploração do trabalhador em que este esteja impedido, moral, psicológica e/ou fisicamente, de abandonar o serviço, no momento e pelas razões que entender apropriados, a despeito de haver, inicialmente, ajustado livremente a prestação dos serviços.<sup>128</sup>

Ou seja, o trabalho forçado poderá ser moral, psicológico ou físico. Será físico quando o empregador utilizar da força para reter o trabalhador no local de serviço. Essa força pode se dar de diversas maneiras, dentre elas o uso de

<sup>123</sup> BRITO FILHO, José Claudio Monteiro de. *op. cit.* p.677.

<sup>124</sup> Art. 2º, item I, Convenção 29 da OIT. Disponível em: <[http://portal.mpt.mp.br/wps/wcm/connect/portal\\_mpt/1cb77e44-d3e8-48da-b8a0-4737ccf4ec3d/conv\\_29.pdf?MOD=AJPERES&CONVERT\\_TO=url&CACHEID=1cb77e44-d3e8-48da-b8a0-4737ccf4ec3d](http://portal.mpt.mp.br/wps/wcm/connect/portal_mpt/1cb77e44-d3e8-48da-b8a0-4737ccf4ec3d/conv_29.pdf?MOD=AJPERES&CONVERT_TO=url&CACHEID=1cb77e44-d3e8-48da-b8a0-4737ccf4ec3d)> Acesso em: 21/09/2015.

<sup>125</sup> BRITO FILHO, José Claudio Monteiro de. *op. cit.* p. 678.

<sup>126</sup> *Idem.*

<sup>127</sup> SILVA, Marcelo Ribeiro. *op. cit.* p. 139.

<sup>128</sup> MELLO, Luiz Antônio Camargo de. Premissas para um eficaz combate ao trabalho escravo. *Revista do Ministério Público do Trabalho*. n. 26. São Paulo: LTr. 2003. p. 14.

empregados armados, as “surras” e até mesmo as mortes utilizadas como exemplos. Poderá, ainda, ser psicológico, ou seja, quando houver a ameaça de que o trabalhador, por exemplo, não conseguirá se desvencilhar de tal situação. Será moral, quando o empregador se vale da baixa instrução dos trabalhadores para aliciá-los e submetê-los a tal condição.<sup>129</sup>

A segunda modalidade diz respeito à *jornada exaustiva de trabalho*. Segundo KALIL ela é a atividade que interfere diretamente na saúde e na dignidade do trabalhador, culminando em seu total esgotamento.<sup>130</sup> Portanto, a jornada exaustiva é o período trabalhado que foge das regras trabalhistas, aquele que exaure completamente o trabalhador, independentemente do pagamento de horas extras ou qualquer outro tipo de compensação.

Logo, não se pode confundir a jornada exaustiva com a jornada extraordinária, uma vez que na jornada exaustiva o empregador tem total controle sobre a jornada do trabalhador, não havendo nenhum período estipulado para a prestação do serviço. Muito diferente, portanto, da jornada extraordinária, na qual o próprio trabalhador opta por tal horário, ou, por vezes, há acordo entre trabalhador e empregador.

Já a terceira modalidade trazida pelo art. 149 do Código Penal é o *trabalho degradante*. Trabalho degradante, de acordo com BRITO FILHO, é mais difícil de se conceituar do que o trabalho forçado, tendo em vista que neste há uma clara violação da liberdade de ir e vir do trabalhador, enquanto naquele é necessário analisar diversas circunstâncias. Por isso, de acordo com o referido autor, o princípio que baseia a determinação do trabalho degradante é o da dignidade da pessoa humana, pois é através dela que poderá ser identificado o trabalho indigno, ou seja, aquele que não respeita o mínimo de direitos que cada ser humano possui.<sup>131</sup>

Porém, para melhor analisar o trabalho degradante, no presente trabalho, será utilizada a definição trazida por GOSDAL, na qual, o trabalho degradante

---

<sup>129</sup> *Ibidem*. p. 13.

<sup>130</sup> KALIL, Renan Bernardi. Desvendando o trabalho escravo no Brasil - Aula 1. **Videoaula ESMPU**. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=u3qo4f1btM0>>. Acesso em: 13 nov. 2015.

<sup>131</sup> BRITO FILHO, José Claudio Monteiro de. *op. cit.* p. 678.

[...] é a situação mais grave de violação da dignidade do trabalhador que se tem verificado no cotidiano das relações de trabalho, privando o trabalhador dos mais elementares direitos fundamentais. [...] Nega-se ao trabalhador a condição de sujeito, passando a ser objeto, instrumento da produção.<sup>132</sup>

O trabalhador é submetido a um cenário humilhante de trabalho, afrontando, claramente, a dignidade da pessoa humana. O trabalho degradante é o contrário do trabalho decente, tendo em vista que não envolve as condições de seguridade, violando completamente a dignidade do trabalhador.<sup>133</sup>

Há uma série de fatores que podemos apontar como formas de trabalho degradante. Dentre eles, podemos citar os alojamentos sem as mínimas condições de habitação e falta de instalações sanitárias, não utilização de transporte seguro e adequado aos trabalhadores, falta ou inadequado fornecimento de boa alimentação e água potável e o não cumprimento da legislação trabalhista.<sup>134</sup>

A última e quarta modalidade é a *restrição, por qualquer meio, da locomoção do empregado, em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto*. Esta previsão indica que se a liberdade de ir e vir do trabalhador for cerceada, seja por qualquer meio em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto, restará configurado o delito previsto no art. 149 do Código Penal.

Normalmente, esta hipótese ocorre quando o empregador proporciona ao empregado adquirir bens em comércio apenas em sua propriedade. Geralmente, o trabalhador nunca consegue quitar a sua dívida, pois os produtos são vendidos pelo próprio empregador em sua propriedade

---

<sup>132</sup> GOSDAL, Thereza Cristina. **Dignidade do trabalhador: um conceito construído sob o paradigma do trabalho decente e de honra**. 2006. ix, 186 f. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito. Defesa: Curitiba, 2006. p. 173.

<sup>133</sup> *Idem*.

<sup>134</sup> MELLO, Luiz Antônio Camargo de. *op. cit.* p. 15.

[...] a preços acima dos de mercado e descontados do salário do obreiro ao final do mês. É o chamado sistema de barracão ou truck-system. Por ser uma pessoa de pouco discernimento, muitas vezes analfabeta, o trabalhador perde totalmente o controle do valor da dívida e é facilmente ludibriado pelo credor.<sup>135</sup>

Dessa maneira, a dívida sempre cresce vertiginosamente, sem que o trabalhador encontre uma maneira de desvincular-se do seu empregador e de tal situação. Assim, pontua BOUCINHAS FILHO, “as dívidas contraídas pelo consumo do trabalhador são utilizadas para impedir que ele deixe o trabalho”.<sup>136</sup>

O § 1º do artigo 149 traz o que a doutrina convencionou chamar de “figuras equiparadas”. Ou seja, são hipóteses que se praticadas, embora autônomas, incorrerão nas mesmas penas previstas para as hipóteses do *caput*.<sup>137</sup>

O inciso I traz a equiparação do empregador que *cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte o trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho*. Neste caso, qualquer meio que o empregador utilize para que o trabalhador deixe o local de serviço será enquadrado nesse inciso. É importante lembrar que, normalmente, essa hipótese pode acontecer na zona rural, tendo em vista o maior distanciamento do local da prestação de serviço. Logo, o empregador cerceia a liberdade do trabalhador ao suprimir o único meio de transporte passível de deixar o local, que, por muitas vezes, é de sua propriedade. Porém, nada impede que possa também ocorrer no meio urbano.<sup>138</sup>

Já o inciso II abarca duas hipóteses. A primeira delas diz respeito a *vigilância ostensiva no local de trabalho* por parte do empregador. É importante não confundir a vigilância ostensiva com cuidados de proteção, tendo em vista que a primeira é feita para a manutenção do sujeito passivo na condição análoga à de escravo, enquanto a segunda é apenas para a proteção do local de serviço. Ou seja, o que diferencia ambos é o “especial fim de agir”, isto é, a manutenção do trabalhador nesta situação.<sup>139</sup>

<sup>135</sup> SANTOS, Ronaldo Lima dos. A escravidão por dívidas nas relações de trabalho no Brasil contemporâneo. **Revista do Ministério Público do Trabalho**. n. 26. São Paulo: LTr. 2003. p. 158.

<sup>136</sup> BOUCINHAS FILHO, José Cavalcanti. **Cadastro de empregadores que exploraram mão-de-obra escrava**: algumas considerações. p. 20.

<sup>137</sup> PIERANGELI, Jose Henrique. *op. cit.* p. 160.

<sup>138</sup> KALIL, Renan Bernardi. *op. cit.*

<sup>139</sup> BUSATO, Paulo César. *op. cit.* p.315.

Já a segunda hipótese trazida pelo inciso II é o apoderamento *de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho*.

De acordo com as ideias acima traçadas, podemos concluir que é de suma importância haver um dispositivo infraconstitucional a fim de identificar o que é o trabalho em condições análogas à de escravo. Pode-se, ainda, perceber que tal dispositivo não é recente no ordenamento jurídico brasileiro. Pelo contrário, encontra seu histórico desde o Código Penal de 1830. É claro que de lá para cá sofreu sérias mudanças.

A última mudança sofrida pelo tipo penal, que caracteriza o trabalho em condições análogas à de escravo, foi a mudança de redação dada pela Lei n. 10.803/2003. Como dito, tal alteração trouxe mudanças inovadoras no dispositivo penal sendo que as principais foram o acréscimo da dignidade da pessoa humana como bem jurídico a ser tutelado, além da liberdade individual e das hipóteses taxativas que configuram a prática de tal delito, o que tornou o tipo complexo e fechado, respectivamente.

A nova configuração penal foi positiva, tendo em vista a forte discricionariedade que o antigo dispositivo trazia. Ou seja, muitos casos acabavam por não ser considerados como trabalho em condições análogas à de escravo, pois a vagueza do tipo impossibilitava a subsunção. Mas, com o advento das modalidades dos tipos de ação ou comportamentos, a conduta criminal pode ser mais bem identificada e punida.

O trabalho em condições análogas à de escravo ainda é tema muito debatido, tendo em vista que, infelizmente, a sua prática ainda é corriqueira no território nacional.<sup>140</sup> Por isso, a tentativa de abolir tal prática é constante, sendo que tais medidas ocorrem não apenas por políticas públicas, mas, também, legislativamente.

---

<sup>140</sup> FAZENDEIRO do PA é condenado a 91 anos de prisão por trabalho escravo. **Globo.com**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2015/09/fazendeiro-do-pa-e-condenado-91-anos-de-prisao-por-trabalho-escravo.html>>. Acesso em: 08 nov. 2015.

## 2.3 RISCO À PROTEÇÃO CONTRA O TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL: FLEXIBILIZAÇÃO E DESREGULAMENTAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO

O modelo de Estado construído no capitalismo ocidental, no século XX, foi o do Estado de Bem-Estar Social, no qual, segundo BOBBIO, os direitos sociais exigem uma intervenção por parte do Estado, ou seja, um agir.<sup>141</sup>

Na década de 1970, uma fase histórica de grave crise econômica a nível mundial foi vivenciada, com os chamados “choques do petróleo”. Nesse ambiente, políticas de ideologia liberal foram promovidas, a fim de superar esse estágio, mas, em verdade, acabaram por produzir concentração de renda, redução de direitos e diminuição do papel do Estado na sua intervenção social. Desse modo, entrou em crise o modelo de Estado de Bem-Estar Social.<sup>142</sup>

A preocupação das empresas concentrou-se no aumento do lucro, a fim de aumentar a produção em suas atividades, de modo que os trabalhadores se viram sujeitos a condições de trabalho precárias, com aumento da jornada de trabalho e diminuição na remuneração.<sup>143</sup>

Esse fenômeno de afastamento do Estado nas relações sociotrabalhistas e a promoção de fragilização de direitos sociais ficou conhecido como flexibilização e desregulamentação, no caso deste estudo, do Direito do Trabalho.

MONTEIRO DE BARROS, apoiada nos estudos de TOMÁS FRANCO, ensina que a flexibilização no âmbito laboral tem sido, na História, uma reivindicação da classe patronal, a fim de diminuir custos da produção e ter mais poder sobre as relações de trabalho. Para tanto, promove-se um afrouxamento da legislação, com o intuito de diminuir a proteção ao empregado, respeitando-se, porém, algumas garantias consideradas mínimas. A chamada desregulamentação do Direito do Trabalho, segundo MONTEIRO DE BARROS, seria a derrogação de benefícios de natureza laboral, com a substituição por outros de menor importância.<sup>144</sup>

---

<sup>141</sup> BOBBIO, Norberto. **Era dos direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. p. 63.

<sup>142</sup> TEODORO, Maria Cecília Máximo. **O princípio da adequação setorial negociada no direito do trabalho**. p. 41.

<sup>143</sup> *Idem*. p. 93.

<sup>144</sup> BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de direito do trabalho**. 9. ed. São Paulo: LTr, 2013. p. 69.



Segundo MASCARO NASCIMENTO, “a flexibilização do direito do trabalho é, portanto, o afastamento da rigidez de algumas leis para permitir, diante de situações que a exijam maior dispositividade das partes para alterar ou reduzir as condições de trabalho” e complementa que

[...] a flexibilização desordenada do direito do trabalho faria dele mero apêndice da Economia e acabaria por transformar por completo a sua fisionomia originária, uma vez que deixaria de ser uma defesa do trabalhador contra sua absorção pelo processo econômico, para ser preponderantemente um conjunto de normas destinadas à realização do progresso econômico, atritando-se com a sua finalidade, que é a proteção do trabalhador diante da sua inferioridade econômica no contrato de trabalho.<sup>145</sup>

O Brasil se encontra nesse cenário de flexibilização e desregulamentação do Direito do Trabalho, com reiteradas iniciativas patronais de diminuir ou eliminar garantias de natureza juslaboral. Exemplo recente foi a edição da Lei n. 13.103/2015, de iniciativa da bancada ruralista do Congresso Nacional, que eliminou e diminuiu muitas das garantias previstas na Lei n. 12.619/2012, ambas tratando da regulamentação legal da atividade de motorista profissional.

O Direito Penal do Trabalho também sofre com esse fenômeno, e isso pode ser visto a partir de duas perspectivas relevantes para o presente estudo: primeiro, com a possibilidade de alteração do Código Penal, a fim de excluir do art. 149 as condutas de jornada exaustiva de condições degradantes de trabalho como condutas caracterizadoras de um trabalho em condições análogas à escravidão; segundo, com a possibilidade de uma regulamentação muito tímida no que tange à Emenda Constitucional n. 81/2014, de maneira a não dar concretude à expropriação de propriedades rurais e urbanas nas quais haja exploração de trabalho escravo.

Desse modo, é vital, para que não se ponha em prática essa ação flexibilizadora e desregulamentadora do Direito Penal do Trabalho, analisar a questão dessas mudanças relativamente ao princípio do não retrocesso social.

Iniciaremos o último ponto deste estudo tratando das iniciativas legislativas tendentes à diminuição do campo de proteção a respeito da tutela jurídica do trabalho em condições análogas à de escravo e confrontando essa conduta do

---

<sup>145</sup> NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *op. cit.* p. 70.

legislador, influenciado por interesses empresariais, com o princípio constitucional do não retrocesso social.

### 3 PERSPECTIVAS FUTURAS

A flexibilização do direito do trabalho também afetou a tutela jurídica do trabalho em condições análogas à de escravo, motivada, principalmente por interesses econômicos. Citam-se, como exemplos, os projetos de Lei n. 3.842/12 e 432/2013 – que serão analisados no tópico a seguir.

No entanto, essa flexibilização é preocupante, porque haveria a supressão de direitos trabalhistas e, conseqüentemente, a violação do princípio do não retrocesso social.

#### 3.1 ASPECTOS DE NATUREZA PENAL-TRABALHISTA: PROJETO DE LEI N. 3.842/12

No âmbito desse fenômeno de diminuição das garantias ao trabalhador encontra-se uma possível mudança no Código Penal Brasileiro por meio do Projeto de Lei n. 3.842/12, proposto pelo Deputado Moreira Mendes (PSD/RO), em 09/05/2012, com sua proposta de apreciação sujeita ao Plenário desde 28/05/2012.<sup>146</sup>

O referido projeto busca excluir a referência a jornada exaustiva e trabalho degradante, mantendo apenas a condutas de trabalho forçado ou obrigatório, bem como a restrição da locomoção em virtude de dívida contraída com o empregador, sob o argumento de que o atual conceito trazido pelo art. 149 do Código Penal gera insegurança jurídica, além de se afastar dos padrões estabelecidos pela Organização do Trabalho (OIT).<sup>147</sup>

A importância da jornada de trabalho no Direito do Trabalho é muito antiga, e vários são os fundamentos das pausas relativamente aos períodos de trabalho para

---

<sup>146</sup> Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=544185>>. Acesso em: 17 nov. 2015.

<sup>147</sup> Disponível em:

<[http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=990429&filename=PL+3842/2012](http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=990429&filename=PL+3842/2012)>. Acesso em: 17 nov. 2015. p. 4.

que o obreiro possa recuperar suas energias físicas e mentais e tenha a possibilidade de praticar atividades de natureza pessoal.

A respeito dos repouso ao trabalhador, os quais se constituem como limitações a períodos longos de trabalho, ARNALDO SÜSSEKIND explicou que os repouso possuem tríplice dimensão, pois envolvem fundamentos i) *biológicos*, a fim de evitar problemas ligados à fadiga e advindos da dinâmica do modo de prestação do trabalho; ii) *sociais*, os quais possibilitam ao trabalhador conviver junto a coletividades e dispor de tempo para realização de atividades físicas, de lazer, culturais, de conhecimento, bem como mantendo o necessário relacionamento com seus familiares; por fim, iii) *econômicos*, tendo em vista que a limitação da jornada acarreta aumento na demanda por mais empregados, além de potencializar o rendimento na execução das tarefas do trabalhador, pois se encontra mais bem disposto.<sup>148</sup>

Não são poucos, portanto, os aspectos que fundamentam a inibição a jornadas exaustivas de trabalho. A partir do momento em que o obreiro labora durante muitas horas, as dimensões supracitadas (de cunho biológico, social e econômico) restam prejudicadas, pelo que o legislador entendeu por bem tipificar a jornada exaustiva como trabalho em condições análogas à de escravo.

O que o Projeto de Lei n. 3.842/12 busca, pois, é reduzir esse campo legal de proteção a esse valor essencial para o Direito do Trabalho (a jornada), de modo que a classe trabalhadora poderá ficar sem um mecanismo de tutela jurídica na promoção desse direito.

Sobre esses aspectos, o Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região já decidiu no seguinte sentido:

---

<sup>148</sup> SÜSSEKIND, Arnaldo. **Duração do trabalho e repouso remunerados**. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1950. p. 84.

TRT-PR-22-09-2015 DANOS MORAIS. LABOR EM JORNADA EXAUSTIVA. REDUÇÃO DO TRABALHADOR À CONDIÇÃO ANÁLOGA À DE ESCRAVO. O Brasil, na linha de vários diplomas internacionais, assumiu o compromisso de combater as condições indignas de trabalho, abolir toda a forma de trabalho forçado e obrigatório e repreender a servidão e a escravidão em todas as suas formas. A Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano reconhece ao ser humano "o direito fundamental à liberdade, à igualdade e ao gozo das condições de vida adequadas num meio ambiente de tal qualidade que lhe permita levar uma vida digna de gozar do bem-estar". ***A exigência de prestação de serviços em jornada exaustiva pode levar ao reconhecimento da redução do trabalhador à condição análoga à de escravo, nos termos da lei penal, o que exige pronta resposta do Estado. Exigir ou tolerar a prestação de serviços em jornada excessiva implica expor o trabalhador a condição indigna de vida e impedir o seu direito ao bem-estar e ao lazer, além de afastá-lo do convívio social e familiar, o que gera danos, especialmente morais, e implica o dever de indenizar.*** CAMINHONEIRO. PERNOITE NO INTERIOR DO CAMINHÃO. CONDIÇÃO INDIGNA DE REPOUSO. DANOS MORAIS. Incumbe ao empregador propiciar condições dignas para o repouso enquanto o empregado estiver a seu serviço. É seu dever custear diária em valor suficiente para suprir despesas de pernoite fora do caminhão ou oferecer local seguro, ventilado e com conforto mínimo para que o empregado repouse. Se o descumprimento do dever patronal ocasionou danos à integridade moral, física e psíquica do trabalhador e à sua dignidade, autoriza-se o reconhecimento do abalo moral. Confirmada a prestação de serviços em jornada excessiva e a necessidade de pernoite no interior do caminhão, impõe-se o reconhecimento de abalo moral. Recurso do autor a que se dá provimento para condenar a ré ao pagamento de indenização por danos morais. (TRT-PR-01513-2014-863-09-00-0-ACO-27210-2015 - 2A. TURMA; Relator: MARLENE TERESINHA FUVERKI SUGUIMATSU; Publicado no DEJT em 22-09-2015) (Destacou-se)

A referida decisão explica todos os aspectos relacionados anteriormente, afirmando que o Brasil, a partir do Direito Internacional, se comprometeu a não tolerar a prática de trabalho em condições indignas, envolvendo a jornada exaustiva, a qual se caracteriza como crime.

Retirar essa proteção é descumprir com as obrigações do Brasil no plano internacional e desregulamentar o Direito Penal do Trabalho de modo a não mais haver esse instrumento de combate ao trabalho em condições análogas à de escravo.

Referido projeto de lei prevê que:

Art. 149. - Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, trabalho forçado ou obrigatório, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou obrigatórios mediante ameaça, coação ou violência, quer restringindo a sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador:

Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem:

I – dolosamente cerceia o uso de qualquer meio de transporte ao trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho;

II - mantém vigilância ostensiva, com comprovado fim de reter o trabalhador no local de trabalho.

Quanto ao trabalho degradante, sua caracterização ocorre quando o trabalhador se encontra em condições laborais tais que seus direitos sociais básicos não são respeitados durante a contratualidade. Nesse sentido, o TRT9 já decidiu:

TRT-PR-19-08-2014 DESCONTOS SALARIAIS INDEVIDOS - MANIPULAÇÃO DE CONTRACHEQUES- DANOS MORAIS - SUBMISSÃO A CONDIÇÃO DE TRABALHO DEGRADANTE - REDUÇÃO À CONDIÇÃO ANÁLOGA DE ESCRAVO. A manipulação contábil, ilegal e injustificável de contracheques, que implique zeramentos forçados dos rendimentos e, por consequência, restrição de acesso do trabalhador aos salários por vários meses, caracteriza verdadeira redução do trabalhador à condição análoga de escravo, em ofensa à Convenção das Nações Unidas sobre a Escravatura, às Convenções 29 e 105 da OIT, ratificadas pelo Brasil, ao Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos das Nações Unidas, à Convenção Americana Sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica) e à Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano (Declaração de Estocolmo) e autoriza o reconhecimento de dano moral, bem como a condenação da ex-empregadora em indenização. Recurso Ordinário provido para acrescer indenização à condenação. (TRT-PR-36673-2011-009-09-00-7-ACO-26106-2014 - 2A. TURMA; Relator: MARLENE TERESINHA FUVERKI SUGUIMATSU; Publicado no DEJT em 19-08-2014)

Deixar, pois, segundo essa decisão, o trabalhador, durante longo período de tempo, sem a renda necessária para a sua subsistência, que é o resultado de seu trabalho, caracteriza trabalho degradante e, conseqüentemente, trabalho em condições análogas à de escravo.

Em evento realizado no Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais, o Superintendente Regional do Trabalho e Emprego dessa região avaliou o referido projeto de lei nos seguintes termos:

Representando a Superintendência Regional do Trabalho no Estado, órgão do Ministério do Trabalho, Marcelo Campos manifestou sua contrariedade com Projeto de Lei oriundo do Senado que visa descaracterizar, como situações análogas à escravidão, os casos de "jornada exaustiva" e de "trabalho em condições degradantes". Segundo ele, a eventual aprovação dessas modificações, propostas pelo que ele definiu como "setores conservadores", anularia o efeito dos avanços obtidos na repressão ao trabalho escravo, como a Emenda que determina a desapropriação de imóveis onde essa prática ocorre. Na sua fala, lembrou que a grande maioria das situações de trabalho análogo à escravidão são enquadrados nos casos cujo conceitos podem ser alterados, e que as outras duas hipóteses previstas legalmente - "trabalho forçado" e "serviço por dívidas" - são muito raras na atualidade. "Não teremos mais como identificar o trabalho análogo à escravidão (...) estaremos diante de uma lei para inglês ver", afirmou ele.<sup>149</sup>

Logo, com a redução das condutas estabelecidas pelo tipo penal, a falta de tutela jurídica ao trabalhador em condições análogas à escravidão será iminente.

Diante do que foi exposto, neste item, pode-se concluir que a mudança legal no Código Penal refletirá nas relações de trabalho, de modo a retirar dos trabalhadores a tutela jurídica contra trabalho em condições análogas à de escravo.

### 3.2 PERSPECTIVAS DO TEMA A PARTIR DA EMENDA 81/2014

A emenda constitucional 81/2014 tem gerado inúmeras controversas “acerca de uma possível insegurança jurídica que existiria com relação ao conceito de trabalho escravo” para os fins da expropriação.<sup>150</sup> Isso tudo porque a emenda trouxe uma nova redação ao art. 243 da Constituição, e, como dito no tópico anterior, ela tem origem na Proposta de Emenda Constitucional – PEC 438/2001,<sup>151</sup> e “a redação original da PEC 438/2001, aprovada no Senado Federal em 01.11.2001, dispunha

<sup>149</sup> COMISSÃO Interinstitucional debate Projeto de Lei que limita combate a trabalho escravo. **Tribunal regional do trabalho da 3ª região.** Disponível em: <[http://as1.trt3.jus.br/noticias/no\\_noticias.Exibe\\_Noticia?p\\_cod\\_noticia=11901&p\\_cod\\_area\\_noticia=A CS](http://as1.trt3.jus.br/noticias/no_noticias.Exibe_Noticia?p_cod_noticia=11901&p_cod_area_noticia=A CS)>. Acesso em: 08 nov. 2015.

<sup>150</sup> PEREIRA, Cícero Rufino. *op. cit.* p. 27.

<sup>151</sup> NEVES, Débora Maria Ribeiro. *op. cit.* p. 62.

de forma diversa daquela aprovada pela Câmara dos Deputados e promulgada em 05.06.2014.”<sup>152</sup>

O que podemos, basicamente, concluir é que a emenda trouxe a possibilidade de uma possível regulamentação. Ou seja, a nova disposição traz em seu caput a expressão “na forma da lei” e, desta maneira, possibilita a regulamentação infraconstitucional, buscando além de outros objetivos, conceituar o trabalho a condições análogas à de escravo para os fins da expropriação. Porém, é preciso cautela, tendo em vista que determinadas ideias podem afrontar diretamente princípios fundamentais elencados pela Constituição. Um exemplo deles é o Projeto de Lei Complementar 432/2013.<sup>153</sup>

O Projeto de Lei Complementar 432/2013 proposto pelo Senador Romero Jucá (PMDB/RR) em 18/10/2013 – com atual localização para apreciação a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) desde 16/10/2015 - <sup>154</sup> objetiva a regulamentação do art. 243, em suma “dispõe sobre a expropriação das propriedades rurais e urbanas onde se localizem a exploração de trabalho escravo e dá outras providências”<sup>155</sup>, além de visar regulamentar outras questões acerca do tema, como procedimento para a expropriação. No entanto, o que chama a atenção é a conceituação do que seja trabalho a condições análogas à de escravo proposta por ele para os fins da expropriação. Pois, de acordo com o projeto, considera-se como trabalho em condições análogas à de escravo

---

<sup>152</sup> *Ibidem.* p. 62.

<sup>153</sup> PEREIRA, Cícero Rufino. *op. cit.* p. 27.

<sup>154</sup> Disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/114895>>. Acesso em: 17 nov. 2015.

<sup>155</sup> GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. *op. cit.* p. 34.



- I – a submissão a trabalho forçado, exigido sob ameaça de punição, com uso de coação, ou que se conclui de maneira involuntária, ou com restrição da liberdade pessoal;
- II – o cerceamento do uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho;
- III – a manutenção de vigilância ostensiva no local de trabalho ou a apropriação de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho; e
- IV – a restrição, por qualquer meio, da locomoção do trabalhador em razão de dívida contraída com empregador ou preposto.<sup>156</sup>

Como se pode notar, em comparação ao art. 149 do Código Penal, o projeto deixa de prever o trabalho em condições degradantes e a jornada exaustiva de trabalho como hipóteses de trabalho a condições análogas à de escravo. O argumento utilizado é de que os atuais conceitos são imprecisos e contidos de uma “carga de subjetividade”.<sup>157</sup> No entanto, como já analisado, os conceitos passam longe de qualquer indefinição conceitual, sendo um forte mecanismo de apoio para o combate ao trabalho a condições análogas à de escravo.

O projeto de lei ao excluir o trabalho em condições degradantes e a jornada exaustiva de trabalho, afronta diversos princípios constitucionais. Logo,

[...] o Projeto de Lei em questão, ao excluir o trabalho degradante e a jornada exaustiva como uma das modalidades de trabalho escravo da atualidade, incide em evidente retrocesso social, não admitido pela CF/1988 (arts. 7.º, caput), contrariando a previsão legal já existente, consoante o art. 149 do CP, com redação dada pela Lei 10.803/2003.<sup>158</sup>

Assim, uma possível regulamentação da emenda – como dito acima e ao exemplo do projeto de lei 432/2013 – pode trazer sérios prejuízos aos direitos já conquistados e afrontar diretamente à Constituição e a própria legislação infraconstitucional vigente, porque poderiam suprimir o princípio basilar do nosso ordenamento jurídico: a dignidade da pessoa humana.

<sup>156</sup> **Projeto de n. Lei 432 de 2013.** Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=138660&tp=>>>. Acesso em: 26 de jul. 2015.

<sup>157</sup> *Idem.*

<sup>158</sup> GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. *op. cit.* p. 34.

O Projeto de Lei Complementar 432/2013 sofreu várias críticas do Procurador do Trabalho Renan Bernardi Kalil, em nota de 14/09/2015, afirma que

[...] Esse avanço legislativo, todavia, foi utilizado como tentativa de esvaziar o que se entende por trabalho escravo no Brasil. Isso porque foi apresentado no Senado o Projeto de Lei n. 432/2013, que pretende regulamentar a eliminação do direito de propriedade nos casos em que for constatada a exploração de trabalho escravo, restringindo o conceito desse crime: a escravidão contemporânea ocorreria somente nos casos de trabalho forçado e de servidão por dívida. O conceito atualmente existente no Código Penal é bem mais amplo e considerado um dos mais avançados no mundo. Entende como trabalho em condições análogas a de escravo: (i) trabalho forçado; (ii) servidão por dívida; (iii) condições degradantes; e (iv) jornada exaustiva.<sup>159</sup>

O risco de uma regulamentação desmedida – ou seja, um projeto de lei que diminua as hipóteses elencadas no art. 149 do Código Penal – além de violar o princípio da dignidade da pessoa humana, afronta diretamente o princípio do não retrocesso social.<sup>160</sup> O que será analisado no tópico a seguir.

### 3.3 PRINCÍPIO DO NÃO RETROCESSO SOCIAL

Com efeito, no âmbito do direito do trabalho e, também, no que se denomina como o Direito Penal do Trabalho, não se pode olvidar – ao observar o contexto de flexibilização – os princípios da “proteção e a busca da justiça social, ambos construídos a partir da constatação de inexorável desigualdade fática que permeia as relações por ele reguladas”.<sup>161</sup>

É por isso que os direitos sociais não podem ser simplesmente restringidos por medidas legislativas que suprima tais direitos, porque o princípio do não retrocesso social tem total aplicabilidade no Direito do Trabalho, e também no ramo

<sup>159</sup> **Mato Grosso** e o combate ao trabalho escravo. *op. cit.*.

<sup>160</sup> PEREIRA, Cícero Rufino. *op. cit.* p. 13.

<sup>161</sup> BONNA, Aline Paula. **A vedação do retrocesso social como limite à flexibilização das normas trabalhistas brasileiras.** Disponível em: <[http://www.trt3.jus.br/escola/download/revista/rev\\_77/Aline\\_Bonna.pdf](http://www.trt3.jus.br/escola/download/revista/rev_77/Aline_Bonna.pdf)>. Acesso em 02 out. de 2015. p. 62.

que se denomina Direito Penal do Trabalho. Haja vista as relações juslaborais serem norteadas pelo princípio da norma mais favorável e o da proteção ao trabalhador.<sup>162</sup>

A própria Constituição em seu art. 7º diz: “São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social”.<sup>163</sup> Isto é, a única conclusão possível, a partir desse artigo, é a de que, qualquer modificação, em relação aos direitos sociais dos trabalhadores, deve consistir em melhorias, e não em retrocessos.<sup>164</sup>

Nas palavras de MEIRELES

[...] Ora, o que o legislador constitucional estabeleceu, no art. 7º, foi uma série mínima e fundamental de direitos social-trabalhistas, preceituando, ainda, que outros direitos podem ser concedidos aos trabalhadores, desde que “visem à melhoria de sua condição social”. Daí se tem que não se pode admitir norma constitucional derivada (emenda) ou norma infraconstitucional que tenda a não gerar uma melhoria na condição social do trabalhador. Ela seria inconstitucional por justamente não preencher esse requisito constitucional da melhoria da condição social do trabalhador.<sup>165</sup>

Diferentemente do que propõe os projetos de lei em análise. Elaborados por pensamentos estritamente econômicos, em favor do lucro, esquecendo-se por completo da tutela de proteção ao trabalhador, visando mais poder sobre as relações de trabalho, ao promover um afrouxamento da legislação.

Desta maneira, o princípio do não retrocesso social guarda íntima relação com as relações justas, além de possuir amparo na Constituição da República do Brasil, em seu art. 7º, *caput*.<sup>166</sup>

No presente trabalho, será utilizada a definição trazida por DERBLI. Segundo o autor, o princípio do não retrocesso social é “a vedação ao legislador de

---

<sup>162</sup> *Ibidem*.

<sup>163</sup> BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. *op. cit.*

<sup>164</sup> BONNA, Aline Paula. *op. cit.* p. 62.

<sup>165</sup> MEIRELES, Edilton. **Princípio do não retrocesso social no direito do trabalho**. Disponível em: <[http://www.evocati.com.br/evocati/interna.wsp?tmp\\_page=interna&tmp\\_codigo=100&tmp\\_secao=18&tmp\\_topico=direitotrabalho&wi.redirect=8RNFPAB3NWKH00HF361H](http://www.evocati.com.br/evocati/interna.wsp?tmp_page=interna&tmp_codigo=100&tmp_secao=18&tmp_topico=direitotrabalho&wi.redirect=8RNFPAB3NWKH00HF361H)>. Acesso em: 17 nov. 2015.

<sup>166</sup> FILETI, Narbal Antonio Mendonça. **A fundamentalidade dos direitos sociais e o princípio da proibição de retrocesso social**. Florianópolis: Conceito, 2009. p. 123.

suprimir arbitrariamente a disciplina infraconstitucional de um direito fundamental social”.<sup>167</sup>

SARLET indica oito argumentos de matriz jurídico-constitucional para fundamentar o princípio do não retrocesso social, já que ele está inserido de modo implícito no sistema constitucional.<sup>168</sup>

1) o Estado democrático e social de Direito impõe um patamar mínimo de segurança jurídica, ou seja, abrange a confiança da estabilidade da ordem jurídica vigente, e a manutenção de um mínimo de continuidade desta ordem. Além, de uma segurança contra medidas retroativas;

2) a relação com o princípio da dignidade da pessoa humana, tendo em vista que ela declara uma existência digna para todos;

3) o princípio da máxima eficácia e efetividade das normas definidoras de direitos fundamentais contidos no art. 5º, par. 1º, e que necessariamente abrange também a maximização da proteção dos direitos fundamentais. Este argumento está relacionado à segurança jurídica exigida pelo Estado democrático de direito, tendo em vista que além de manter uma ordem jurídica estável, é necessário dar às suas normas o máximo de efetividade possível. Além disto, é necessário, ainda, proteger de qualquer medida de caráter retrocessivo;

4) a proteção dos direitos adquiridos, da coisa julgada e do ato jurídico perfeito, encontrando fundamento direito no art. 5º, *caput* da Constituição;

5) a proteção da confiança, pois ela, é o “elemento nuclear” do Estado de Direito, além de guardar íntima relação com a própria segurança jurídica;

6) o Estado encontra-se vinculado não apenas no âmbito constitucional, mas que deve promover a realização dos objetivos trazidos pela Constituição no plano infraconstitucional;

7) reconhecimento do princípio da proibição do não retrocesso, pois não admiti-lo em nosso ordenamento significaria dizer que o legislador não está vinculado aos direitos fundamentais trazidos pelo Constituição, dispondo livre e contrariamente às disposições trazidas pelo Constituinte, e 8) extraído do direito

---

<sup>167</sup> BAPTISTA, Felipe Derbli de Carvalho. **O princípio da proibição de retrocesso social na constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Renovar, 2007. p. 196.

<sup>168</sup> SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional**. Porto Alegre: Livraria do Advogado. 10ª Edição. p. 445.

internacional, o qual impõe a “progressiva implementação efetiva da proteção social por parte dos Estados”.

SARLET, basicamente, fundamenta o princípio do não retrocesso social em três bases. Uma vez que

[...] o princípio em apreço decorre de pelo menos três passagens de nossa Carta Política: ao instituir um Estado Democrático e Social de Direito, explicitando, já no preâmbulo, a segurança como um valor supremo da sociedade; no § 1º do art. 5º, ao proclamar o princípio da máxima eficácia e efetividade das normas definidoras de direitos fundamentais; e, finalmente, ao inserir a dignidade humana no rol de fundamentos da República Federativa do Brasil.<sup>169</sup>

Portanto, ao analisarmos tal princípio, chega-se a conclusão que este possui uma perspectiva negativa, exigindo a obstrução de qualquer medida de cunho retrocessivo que possam “deslocar a pessoa de uma posição jurídica mais favorável, já lhe conferida pelas instituições sociais e estatais, a um patamar aquém do mínimo existencial condigno.”<sup>170</sup> Ainda, como assevera, STRECK:

[...] dito de outro modo, a Constituição não tem somente a tarefa de apontar para o futuro. Tem, igualmente a relevante função de proteger os direitos já conquistados. Desse modo, mediante a utilização da principiologia constitucional (explícita ou implícita), é possível combater alterações feitas por maiorias políticas eventuais, que legislando na contramão da programaticidade constitucional, retiram (ou tentam retirar) conquistas da sociedade.<sup>171</sup>

O esvaziamento de previsões constitucionais é inadmissível, portanto. Não se permitindo que se retire o “direito já incorporado no patrimônio jurídico do cidadão”.<sup>172</sup>

<sup>169</sup> BONNA, Aline Paula. *op. cit.* p. 59.

<sup>170</sup> *Idem.*

<sup>171</sup> STRECK, Lênio Luiz. *Hermenêutica jurídica e(m) crise: uma exploração hermenêutica da construção do Direito*. 4. ed. rev. atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003. p. 53.

<sup>172</sup> BONNA, Aline Paula. *op. cit.* p. 58.

A questão colocada no contexto da proibição do retrocesso social é de limitar o legislador, e os demais órgãos estatais, delimitando até onde podem ir a fim de alcançar as normas programáticas estabelecidas na constituição, sem violar os direitos fundamentais já conquistados,<sup>173</sup> já que eles estabelecem uma existência digna para todos.<sup>174</sup> Daí a preocupação no tocante a uma possível supressão ou restrição e tais direitos.

Sucintamente, o que pleiteia o referido princípio é que o legislador, ao elaborar atos normativos, não suprima de modo desproporcional ou irrazoável a densidade normativa já existente que os direitos fundamentais sociais já alcançaram.<sup>175</sup> Desta maneira, a proibição do retrocesso social impõe o avanço social. Isto é, nas palavras de DERBLI

[...] observa-se que a finalidade descrita volta-se mais para que não se retorne a um estado indesejável de coisas. Em outras palavras, pretende-se, especificamente sob esta perspectiva, impedir que se retroceda a uma situação já superada.<sup>176</sup>

Conclui-se que o princípio em tela tem fundamento constitucional, propondo-se a preservar um estado já conquistado contra sua restrição ou supressão arbitrária, estando intimamente ligado da segurança jurídica.<sup>177</sup> Por isso, segundo SARLET,

[...] além de assumir a condição de direito fundamental da pessoa humana, a segurança jurídica constitui simultaneamente princípio fundamental da ordem jurídica estatal e, para além desta, da própria ordem jurídica internacional, como dão conta as diversas manifestações deste princípio nos diferentes documentos supranacionais.<sup>178</sup>

<sup>173</sup> SARLET, Ingo Wolfgang. *op. cit.* p. 436.

<sup>174</sup> *Idem.* p. 438.

<sup>175</sup> FILETI, Narbal Antonio Mendonça. *op. cit.* p. 149.

<sup>176</sup> BAPTISTA, Felipe Derbli de Carvalho. *op. cit.* p. 201.

<sup>177</sup> SARLET, Ingo Wolfgang. *op. cit.* p. 433.

<sup>178</sup> *Idem.*

É por isto que as medidas legislativas devem atender aos direitos previstos constitucionalmente, a fim de não servir apenas as demandas do capital, mas dos valores buscados pela ordem jurídica vigente, promovendo a máxima eficácia dos direitos sociais declarados constitucionalmente, como pondera FELICIANO.<sup>179</sup> Haja vista a proteção dos direitos sociais de qualquer medida que lhes causem retrocesso, independentemente do momento histórico e das demandas econômicas.

---

<sup>179</sup> FELICIANO, Guilherme Guimarães. **Refundando o direito penal do trabalho**: primeiras aproximações. p. 4.

## CONCLUSÃO

O trabalho em condições análogas à de escravo, infelizmente, ainda é comum em nosso cotidiano, e é por isso, que se deve buscar mecanismos que reprimam esta prática desumana.

A flexibilização do direito do trabalho – fenômeno que ocorreu na década de 70 com o objetivo de superar a crise econômica ocorrida na época, mas na verdade, concentrou-se apenas no lucro, de modo que as condições dos trabalhadores tornaram-se precária – também afetou a tutela jurídica do trabalho em condições análogas à de escravo, motivada, principalmente por interesses econômicos.

No entanto, essa flexibilização é preocupante, porque haveria a supressão de direitos trabalhistas e, conseqüentemente, a violação do princípio do não retrocesso social. Citam-se, como exemplos, os projetos de Lei n. 3.842/12 e 432/13.

O Projeto de Lei n. 3.842/12 traz a possibilidade da alteração do art. 149 a fim de excluir as condutas de jornada exaustiva de condições degradantes de trabalho como condutas caracterizadoras de um trabalho em condições análogas à escravidão.

Já o Projeto de Lei 432/13, com a oportunidade de uma regulamentação muito tímida no que tange à Emenda Constitucional n. 81/2014, de maneira a não dar concretude à expropriação de propriedades rurais e urbanas nas quais haja exploração de trabalho escravo.

Porém, tais mudanças ensejariam violação ao retrocesso social, além de ferir princípios basilares do ordenamento jurídico brasileiro. Não respeitando, ainda, a legislação infraconstitucional vigente. Uma vez que o princípio do não retrocesso social no Direito do Trabalho, e também no ramo que denomina-se Direito Penal do Trabalho, advém do art. 7º da Constituição, pois de acordo com ele, além dos direitos constitucionais previstos, são, também, os que visem à melhoria da condição social do trabalhador.

A única conclusão possível, a partir desse artigo, é de que qualquer modificação, em relação aos direitos sociais dos trabalhadores, deve consistir em melhorias, e não em retrocessos. E que os direitos sociais estão protegidos de



qualquer medida que lhes causem retrocessão, independentemente do momento histórico e das demandas econômicas.

Por tudo isto, espera-se que ambos projetos não prosperem - ou que, pelo menos, no caso do Projeto de Lei n. 432/2013 observe o que já está disposto no art. 149 do Código Penal. E, relação ao Projeto de Lei n. 3.842/12, que amplie o conceito já existente - haja vista tratam de uma reivindicação da classe patronal, visando mais poder sobre as relações de trabalho, promovendo um afrouxamento da legislação, com o intuito de diminuir a proteção ao trabalhador.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAPTISTA, Felipe Derbli de Carvalho. **O princípio da proibição de retrocesso social na constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de direito do trabalho**. 9. ed. São Paulo: LTr, 2013.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal 2 - parte especial: dos crimes contra a pessoa**. 12.ed. rev. e ampl. [São Paulo, SP]: Saraiva, 2012. v. 2 .

BOBBIO, Norberto. **Era dos direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

Brasil. Assembleia Legislativa. **Projeto de Lei 432/2013**. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=138660&tp=1>>. Acesso em: 07 de out. de 2015.

BRITO FILHO, José Cláudio Monteiro de. Caracterização do trabalho escravo no Brasil: Perspectiva penal. **Revista Síntese: Trabalhista e Previdenciária**. 302 – agosto/2014. 2014.

BOXER, Charles R. **O império marítimo português: 1415-1825**. Lisboa: Companhia das Letras.

BONNA, Aline Paula. **A vedação do retrocesso social como limite à flexibilização das normas trabalhistas brasileiras**. Disponível em: <[http://www.trt3.jus.br/escola/download/revista/rev\\_77/Aline\\_Bonna.pdf](http://www.trt3.jus.br/escola/download/revista/rev_77/Aline_Bonna.pdf)>. Acesso em 02 out. de 2015.

BOUCINHAS FILHO, José Cavalcanti. **Cadastro de empregadores que exploraram mão-de-obra escrava: algumas considerações**.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 05 jan. 1988. p. 1, anexo. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 08 nov. 2015.

BRITO FILHO, José Claudio Monteiro de. Trabalho com redução do homem à condição análoga à de escravo e dignidade da pessoa humana. **Gêneses**: Revista de direito do trabalho. Curitiba, Pr, n.137 (maio/2004).

\_\_\_\_\_. Caracterização do trabalho escravo no Brasil: Perspectiva Penal. **Revista Síntese**: Trabalhista e Previdenciária. 302 – agosto/2014. 2014.

BUSATO, Paulo César. **Direito penal**: parte especial 1. São Paulo, SP: Atlas, 2014.

CAMARGO, Luís. **Trabalho escravo no Brasil, 125 anos depois**. Disponível em: <[http://portal.mpt.mp.br/wps/wcm/connect/portal\\_mpt/283c7b5b-ebf3-4ea9-b9e4-8a383de3d259/14.05.2013\\_Artigo+Lu%C3%ADs+Camargo\\_Correio+Braziliense\\_Trabalho+escravo+no+Braisl%2C+125+anos+depois.pdf?MOD=AJPERES](http://portal.mpt.mp.br/wps/wcm/connect/portal_mpt/283c7b5b-ebf3-4ea9-b9e4-8a383de3d259/14.05.2013_Artigo+Lu%C3%ADs+Camargo_Correio+Braziliense_Trabalho+escravo+no+Braisl%2C+125+anos+depois.pdf?MOD=AJPERES)>. Acesso em: 08 nov. 2015.

Câmara dos Deputados:  
<<http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=544185>>. Acesso em: 17 nov. 2015.

\_\_\_\_\_: Disponível em:  
<[http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=990429&filename=PL+3842/2012](http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=990429&filename=PL+3842/2012)>. Acesso em: 17 nov. 2015.

**Cartilha do Ministério Público do Trabalho**. Disponível em  
<[http://portal.mpt.mp.br/wps/wcm/connect/portal\\_mpt/11344af7-b9d7-4fcc-8ebe8e56b5905129/Cartilha%2BAalterada\\_3-](http://portal.mpt.mp.br/wps/wcm/connect/portal_mpt/11344af7-b9d7-4fcc-8ebe8e56b5905129/Cartilha%2BAalterada_3-)

1.pdf?MOD=AJPERES&CONVERT\_TO=url&CACHEID=11344af7-b9d7-4fcc-8ebe-8e56b5905129> Acesso em: 08 nov. 2015.

**Convenção n. 29 sobre o trabalho forçado ou obrigatório.** Disponível em: <  
[http://portal.mpt.mp.br/wps/wcm/connect/portal\\_mpt/1cb77e44-d3e8-48da-b8a0-4737ccf4ec3d/conv\\_29.pdf?MOD=AJPERES&CONVERT\\_TO=url&CACHEID=1cb77e44-d3e8-48da-b8a0-4737ccf4ec3d](http://portal.mpt.mp.br/wps/wcm/connect/portal_mpt/1cb77e44-d3e8-48da-b8a0-4737ccf4ec3d/conv_29.pdf?MOD=AJPERES&CONVERT_TO=url&CACHEID=1cb77e44-d3e8-48da-b8a0-4737ccf4ec3d)> Acesso em: 08 nov. 2015.

DE JESUS, Damásio E. **Código penal anotado.** São Paulo: Saraiva. 2006.

FERLINI, Vera Lucia Amaral. **A civilização do açúcar:** séculos XVI a XVIII. 7a ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

FILETI, Narbal Antonio Mendonça. **A fundamentalidade dos direitos sociais e o princípio da proibição de retrocesso social.** Florianópolis: Conceito, 2009.

FLAITT, Isabella Parelli Haddad. O trabalho escravo à luz das convenções ns. 29 105 da organização internacional do trabalho. In: ALVARENGA, Rúbia Zanotelle de; COLNAGO, Lorena de Mello Rezende (coords.). **Direito internacional do trabalho e as convenções internacionais da OIT.** São Paulo: LTr.

FLORENTINO, Manolo; GUTIÉRREZ, Horacio; LEWKOWICZ, IDA. **Trabalho compulsório e trabalho livre na história do Brasil.** São Paulo: Unesp.

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. Emenda Constitucional 81/2014 e Regulamentação Legal: trabalho escravo e desapropriação. **Revista de Direito do Trabalho.** vol. 158/2014.

GOSDAL, Thereza Cristina. **Dignidade do trabalhador: um conceito construído sob o paradigma do trabalho decente e de honra.** 2006. ix, 186 f. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciencias Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito. Defesa: Curitiba, 2006.

GUERRA, Roberta F., PEREIRA, Cíntia B. Trabalho em Condição Análoga à de Escravo: até quando?. **Revista de Direito do Trabalho**. vol. 155/2014. Jan/2014 **Globo.com**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2015/09/fazendeiro-do-pa-e-condenado-91-anos-de-prisao-por-trabalho-escravo.html>>. Acesso em: 08 nov. 2015.

GIORDANI, Mário Curtis. **História da Grécia**. Petrópolis: Vozes. 1967.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1985.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal**. Volume II. Rio de Janeiro: Impetus, 2015.

KALIL, Renan Bernardi. Desvendando o trabalho escravo no Brasil - Aula 1. **Videoaula ESMPU**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=u3qo4f1btM0>>. Acesso em: 13 nov. 2015.

KLEIN, Herbert S. **Escravidão africana**: América Latina e Caribe. São Paulo: Brasiliense, 1987.

**Mato Grosso e o combate ao trabalho escravo** Disponível em: <<http://www.prt23.mpt.gov.br/informe-se/noticias-do-mpt-mt/495-artigo-mato-grosso-e-o-combate-ao-trabalho-escravo>>. Acesso em: 17 nov. 2015.

MEIRELES, Edilton. **Princípio do não retrocesso social no direito do trabalho**. Disponível em: <[http://www.evocati.com.br/evocati/interna.wsp?tmp\\_page=interna&tmp\\_codigo=100&tmp\\_secao=18&tmp\\_topico=direitotrabalho&wi.redirect=8RNFPAB3NWKH00HF361H](http://www.evocati.com.br/evocati/interna.wsp?tmp_page=interna&tmp_codigo=100&tmp_secao=18&tmp_topico=direitotrabalho&wi.redirect=8RNFPAB3NWKH00HF361H)>. Acesso em: 17 nov. 2015.

MELTZER, Milton. **História ilustrada da escravidão**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Iniciação ao direito do trabalho**. 36. ed. São Paulo: LTr, 2011.

PEREGALI, Enrique. **Escravidão no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Global, 1995.

MELLO, Luiz Antônio Camargo de. Premissas para um eficaz combate ao trabalho escravo. **Revista do Ministério Público do Trabalho**. n. 26. São Paulo: LTr. 2003.

NELSON, Aline Virgínia Medeiros. Crime em Condição Análoga à de Escravo e Relações entre Globalização e Desenvolvimento Urbano. Coord: BARACAT. Eduardo Milléo; FELICIANO, Guilherme Guimarães. **Direito Penal do Trabalho**. São Paulo: LTr. 2014.

NEVES, Débora Maria Ribeiro. Consequências da promulgação da EC 81/2014: retrocesso no combate ao trabalho escravo. **Revista de Direito do Trabalho**. vol. 158/2014.Jul / 2014.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código Penal Comentado**. 15 ed., Rio de Janeiro: Forense, 2015.

PEREIRA, Cíntia Batista; GUERRA, Roberta Freitas. Trabalho em condições análogas à de escravo: até quando? **Revista de Direito do Trabalho**. vol. 155/2014. Jan 2014.

PEREIRA, Cícero Rufino. O “velho” trabalho escravo e as perspectivas do tema a partir da EC 81/2014. **Revista do Direito do Trabalho**. vol. 159/2014.

PIERANGELI, Jose Henrique. **Manual de direito penal brasileiro**: parte especial, arts. 121 a 234. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005. v. 2.

**Pressão inglesa para o fim do tráfico negreiro**. Disponível em: <[http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo02/pressao\\_inglesa.html](http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo02/pressao_inglesa.html)>. Acesso em: 08 nov. 2015.

PONTINHA, Priscila Lopes. **Trabalho em condição análoga à de escravo** – um diálogo com a realidade do Paraná. Curitiba: 2006.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. **A escravidão negra no Brasil**. São Paulo: Ática, 1987, 1990.

**Redação original da PEC 57-A/1999.** Disponível em: <[www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=109048&tp=1](http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=109048&tp=1)>. Acesso em: 22 set. 2015.

SANTOS, Ronaldo Lima dos. A escravidão por dívidas nas relações de trabalho no Brasil contemporâneo. **Revista do Ministério Público do Trabalho**. n. 26. São Paulo: LTr. 2003.

SCHMIDT, Martha Halfed Furtado de Mendonça. O Trabalho Forçado Contemporâneo – Comentários às Convenções Fundamentais 29 e 105 da Organização Internacional do Trabalho – O Texto e o Contexto. In: ALVARENGA, Rúbia Zanotelle de; COLNAGO, Lorena de Mello Rezende (coords.). **Direito Internacional do Trabalho e as Convenções Internacionais da OIT**. São Paulo: LTr.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. Porto Alegre: Livraria do Advogado. 10ª Edição.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na constituição federal de 1988**. 7. ed. revista e atualizada. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

Senado Federal: Disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/114895>>. Acesso em: 17 nov. 2015.

SILVA, Cristiane de Melo M. Sabino Gazola. **Do escravismo colonial ao trabalho forçado atual**: a supressão dos direitos sociais fundamentais. São Paulo: LTr, 2009.

SILVA, Marcelo Ribeiro. O desafio de definir trabalho análogo ao de escravo. **Revista do Direito do Trabalho**. vol. 134. Abril 2009.

STRECK, Lênio Luiz. Hermenêutica jurídica e(m) crise: uma exploração hermenêutica da construção do Direito. 4. ed. rev. atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

SÜSSEKIND, Arnaldo. **Duração do trabalho e repousos remunerados**. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1950.

TEODORO, Maria Cecília Máximo. **O princípio da adequação setorial negociada no direito do trabalho**.

**Tribunal regional do trabalho da 3ª região**. Disponível em: <[http://as1.trt3.jus.br/noticias/no\\_noticias.Exibe\\_Noticia?p\\_cod\\_noticia=11901&p\\_cod\\_area\\_noticia=ACS](http://as1.trt3.jus.br/noticias/no_noticias.Exibe_Noticia?p_cod_noticia=11901&p_cod_area_noticia=ACS)>. Acesso em: 08 nov. 2015.

ZEIDLER, Camila Guimarães Pereira. **Trabalho escravo no Brasil contemporâneo**: formas de erradicação e de punição. 2006. xiii, 144f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito, Faculdade de Direito do Sul de Minas. Defesa: Curitiba, 2006.